

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

David Rodolfo Campo Silva

A Virgem Maria como modelo da Igreja:
uma abordagem histórico-dogmática

Graduação em teologia

São Paulo

2026

David Rodolfo Campo Silva

A Virgem Maria como modelo da Igreja:
uma abordagem histórico-dogmática

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
BACHAREL em Teologia, sob a orientação do
Prof. Dr. Pe. Tiago Gurgel Vale.

São Paulo

2026

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Silva, David Rodolfo Campos
A Virgem Maria como modelo da Igreja: uma abordagem
histórico-dogmática. / David Rodolfo Campos Silva. -- São
Paulo: [s.n.], 2026.
79p. il. ; 29 cm.

Orientador: Dr. Pe. Tiago Gurgel Vale.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração

1. . I. Vale, Dr. Pe. Tiago Gurgel . II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Administração. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

O estudo sobre Maria, que chamamos mariologia, deve ajudar os cristãos a descobrir outras dimensões da pessoa de Maria, especialmente a partir da Bíblia. E a realizar uma reflexão mais articulada com Jesus Cristo, a Igreja e o ser humano à luz da fé. Neste espírito de humildade e diálogo com o mundo, faremos uma mariologia que supere os equívocos do maximalismo e nos ajude a seguir a Jesus, com mais intensidade (Murad, 2004, p. 17).

AGRADECIMENTOS

Ao término desta graduação em Teologia, elevo minha profunda gratidão a Deus Uno e Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, que se fez presente em toda a minha vida, de modo especial por meio da minha vocação. A Ele, minha sincera gratidão por todas as graças recebidas e por ser o Emanuel, o Deus próximo que caminha comigo em todos os momentos. Expresso também minha gratidão à Virgem Maria, modelo da Igreja, na qual desejo dedicar minha vida, colaborando com a edificação do Reino de Deus. Ela me ensina a fazer sempre tudo aquilo que seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, nos disser.

Agradeço, de modo especial, à Igreja Diocesana de Santo André, na pessoa de meu bispo, Dom Pedro Carlos Cipollini, pai e pastor, bem como ao meu reitor, Padre Cauê Ribeiro Fogaça, e ao diretor de estudos do seminário, Padre Rafael Capelato, pela dedicação na condução e no acompanhamento ao longo de todo este percurso formativo. Recordo, ainda, com profunda gratidão, minha paróquia de origem, São Maximiliano Maria Kolbe, na pessoa de seu pároco, Padre Ryan Matthew Holke, por ter sido o espaço privilegiado onde realizei a experiência concreta de encontro com Jesus Cristo e onde amadureceu minha decisão de segui-lo com todo o meu ser.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão aos docentes e discentes da Faculdade de Teologia da PUC–São Paulo, na pessoa do Professor Dr. Pe. Tiago Gurgel Vale, meu orientador de TCC, a quem agradeço de modo especial pela orientação, dedicação e acompanhamento ao longo deste trabalho. Nesse ambiente acadêmico, tive a graça de dedicar quatro anos ao aprofundamento dos elementos essenciais da teologia, o que contribuiu significativamente para uma compreensão mais profunda da Revelação divina, sobretudo em minha própria história de vida.

Por fim, manifesto minha sincera gratidão à minha família, de modo especial à minha mãe, Patrícia Cristina de Campos, ao meu pai, Domingos Silva de Jesus, e aos meus irmãos, Deysi Cristina de Campos Silva e Denis Roger de Campos Silva. Eles constituem o alicerce da minha vida, e foi no seio familiar que aprendi o verdadeiro significado do amor de Deus e a vivê-lo de maneira plena.

RESUMO

SILVA, David Rodolfo Campos. **A Virgem Maria como modelo da Igreja: uma abordagem histórico-dogmática.**

O presente estudo tem como objetivo evidenciar a Igreja como sinal visível de salvação e expressão da continuidade da presença de Cristo no mundo. Nesse horizonte teológico, destaca-se a Virgem Maria em virtude de sua participação singular no mistério da Encarnação e na economia da redenção, configurando-se como modelo para a Igreja. A reflexão desenvolvida demonstra que Maria, ao conceber Jesus Cristo pela ação do Espírito Santo, realiza de modo pleno aquilo que constitui a vocação essencial da Igreja: acolher a Palavra de Deus, viver a fé de forma concreta e comprometer-se ativamente com o plano salvífico. Ademais, à luz do episódio joanino da entrega de Maria ao discípulo amado (cf. Jo 19,25-27), compreende-se a ampliação de sua maternidade, que assume uma dimensão eclesial, tornando-a mãe da comunidade dos fiéis. Conclui-se, portanto, que Maria se apresenta como protótipo perfeito da Igreja, na medida em que antecipa e realiza exemplarmente aquilo que a própria Igreja é chamada a ser no mundo: sacramento universal de salvação, fiel à Palavra e plenamente inserida na missão redentora de Cristo.

Palavras-chave: Igreja; Maria; Modelo. Salvação.

ABSTRACT

SILVA, David Rodolfo Campos. **The Virgin Mary as the model of the Church: a historical-dogmatic approach.**

This study aims to show the Church as a visible sign of salvation and an expression of the continued presence of Christ in the world. Within this theological framework, the Virgin Mary stands out by virtue of her unique participation in the mystery of the Incarnation and in the economy of redemption, thereby becoming a model for the Church. Our reflection demonstrates that Mary, by conceiving Jesus Christ through the action of the Holy Spirit, fulfills in the fullest way that which constitutes the essential vocation of the Church: to receive the Word of God, to live the faith in a concrete way, and to be actively committed to the plan of salvation. Furthermore, in light of the Johannine episode of Mary's entrustment to the beloved disciple (cf. Jn 19:25–27), her motherhood is understood to be expanded, taking on an ecclesial dimension and making her the mother of the community of the faithful. It follows, therefore, that Mary stands as the perfect prototype of the Church, inasmuch as she anticipates and exemplarily fulfills what the Church herself is called to be in the world: a universal sacrament of salvation, faithful to the Word and fully immersed in Christ's redemptive mission.

Keywords: Church; Mary; Model; Salvation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1 SAGRADA ESCRITURA

Antigo Testamento:

Gn – Gênesis

Ex – Êxodo

1Sm – Primeiro Livro de Samuel

2Sm – Segundo Livro de Samuel

Is – Isaías

Mq – Miquéias

Sf – Sofonias

Sl – Salmos

Novo Testamentos:

Mt – Evangelho segundo Mateus

Mc – Evangelho segundo Marcos

Lc – Evangelho segundo Lucas

Jo – Evangelho segundo João

At – Atos dos Apóstolos

Rm – Carta aos Romanos

1Cor – Primeira Carta aos Coríntios

Gl – Carta aos Gálatas

Ef – Carta aos Efésios

Cl – Carta aos Colossenses

1Tm – Primeira Carta a Timóteo

2Ts – Segunda Carta aos Tessalonicenses

1Pe – Primeira Carta de Pedro

Ap – Apocalipse

2 DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

AG – Ad Gentes: *Decreto sobre a atividade missionária da Igreja*

CIGC – Catecismo da Igreja Católica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DH – Denzinger-Hünermann

DV – Dei Verbum: *Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina*

EG – Evangelii Gaudium: *Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*

GS – Gaudium et Spes: *Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo*

ID – Ineffabilis Deus: *Bula dogmática sobre a Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria*

LG – Lumen Gentium: *Constituição Dogmática sobre a Igreja*

MR – Missal Romano

MC – Marialis Cultus: *Exortação Apostólica para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à Bem-aventurada Virgem Maria*

RM – Redemptoris Mater: *Carta Encíclica sobre a Bem-aventurada Virgem Maria na vida da Igreja peregrina*

SC – Sacrosanctum Concilium: *Constituição sobre a Sagrada Liturgia*

VD – Verbum Domini: *Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 BREVE FUNDAMENTO DA MARIOLOGIA | 14 |
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 2.1.1 A Virgem Maria na Sagrada Escritura | 15 |
| 2.2 Dogma: Mãe de Deus (<i>Theotókos</i>) | 24 |
| 2.3 Dogma: Sempre Virgem <i>Maria</i> (<i>Aeiparthenos</i>) | 28 |
| 2.4 Dogma: Imaculada Conceição da Virgem Maria (<i>Immaculata</i>) | 32 |
| 2.5 Dogma: Assunção da Virgem Maria ao Céu (<i>Astígmato</i>)..... | 34 |
| CONCLUSÃO PARCIAL | 37 |
| 3 MARIA NO MISTÉRIO DE CRISTO E DA IGREJA: PERSPECTIVA DA LUMEN GENTIUM | 38 |
| INTRODUÇÃO | 38 |
| 3.1. A Virgem Maria: Primícias da Igreja. | 40 |
| 3.2. A Virgem Maria: Modelo da Igreja..... | 44 |
| 3.3. A Virgem Maria no coração da eclesiologia conciliar..... | 47 |
| CONCLUSÃO PARCIAL | 52 |
| 4 MARIA COMO MODELO ECLESIAL: TESTEMUNHO, DISCIPULADO E MATERNIDADE ESPIRITUAL DA IGREJA | 54 |
| INTRODUÇÃO | 54 |
| 4.1 A escuta da Palavra em Maria como fundamento do testemunho de fé | 55 |
| 4.2 O discipulado mariano e sua missão geradora da Igreja | 60 |
| 4.3 A maternidade espiritual da Igreja na perspectiva mariana. | 64 |
| CONCLUSÃO PARCIAL | 70 |
| 5 CONCLUSÃO GERAL | 72 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 76 |

1. INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como objetivo apresentar Maria como um modelo da Igreja de maneira clara e teologicamente apropriada, alocando-a na posição que lhe é devida no plano salvífico de Deus, revelado em Jesus Cristo. Busca-se, portanto, elucidar a identidade e a missão da Mãe do Senhor, à luz da Sagrada Escritura, da Tradição e do Magistério da Igreja, evitando interpretações unilaterais que, ao longo da história, obscurecem a compreensão de sua autêntica grandeza.

No âmbito das disputas do século XVI, em especial durante a época da Reforma e da denominada Contra-Reforma, surgiram, em determinados contextos, práticas devocionais e construções teológicas que propenderam a um maximalismo mariológico, conferindo a Maria uma elevação sobre abordagem desmedida. Desta forma, por vezes, próxima de uma compreensão que a desligava de sua condição de criatura redimida. Tal visão provocou ambiguidades acerca de sua função como Mãe de Deus, ofuscando a inegável centralidade de Cristo na realização da salvação.

Em resposta a esse exagero, surgiu no século XX uma corrente contrária, comumente conhecida como minimalismo mariológico, que diminuiu consideravelmente a relevância e a presença de Maria na vida e na teologia da Igreja. Essa perspectiva, ao desvinculá-la de seu contexto bíblico, histórico e eclesial, resultou em um esvaziamento da abordagem da Virgem Maria e sua participação do plano salvífico, desprezando o testemunho contínuo da Tradição e a reflexão teológica desenvolvida ao longo dos séculos.

Em face dessas polarizações, esta pesquisa visa destacar um percurso de harmonia teológica e eclesial: afastar-se tanto do excesso que ofusca Cristo, quanto da diminuição que distorce a obra de Deus em Maria que, em vista do mistério central da encarnação do verbo, deve ser compreendida no lugar que sempre lhe pertenceu: aquela que, pela graça divina, gerou o Salvador para a humanidade e favoreceu livremente com o projeto redentor. Tudo o que brilha nela, sua santidade, sua pureza e sua completa disponibilidade, provém da eleição amorosa divina e está totalmente direcionado a Cristo.

Assim, Maria é reconhecida como Mãe de Jesus e modelo da Igreja, figura exemplar da criatura que acolhe plenamente a vontade divina. A partir das Escrituras Sagradas, do progresso doutrinal manifestado nos dogmas e do ensino do Magistério, procura-se compreender, igualmente, a relevância da maternidade espiritual da Igreja em Maria, entendida como expressão de uma fé obediente, de um apostolado gerador de Cristo. Nessa perspectiva, a Virgem Maria manifesta, de modo exemplar, a atitude fundamental da Igreja, que, ao acolher a Palavra e corresponder ao desígnio divino, torna-se fecunda na geração de Cristo no coração dos fiéis e na história da salvação.

Assim sendo, o presente estudo não se propõe a esgotar a temática em questão, mas sim a apresentar um esboço reflexivo acerca da magnitude, da valorização e da participação da Virgem Maria no plano salvífico de Deus em relação à humanidade, concretizado em Jesus Cristo. Ser Igreja implica tornar visível, no cotidiano da história, a presença de Deus na vida humana. Não se refere, portanto, a qualquer modelo eclesial, mas sim a uma Igreja designada a exercer sua maternidade espiritual: uma Igreja que recebe, gera e acompanha seus filhos, assim como Maria, que se dedicou integralmente e com lealdade ao desígnio divino.

Nesse horizonte, Maria gerou no Mundo Cristo, a Igreja é chamada a “gerar” Cristo ao longo da história, não para sua própria glorificação, mas com um espírito de humildade e serviço, de maneira que a presença do Senhor se torne evidente e palpável nas realidades humanas. Assim, Cristo é identificado como a Cabeça da Igreja, ao passo que Maria, Mãe de Cristo, é igualmente modelo para todos os batizados, que, na condição de integrantes do Corpo Místico é o modelo da mesma Igreja. Por isso, a exemplo da Virgem Maria, a Igreja é chamada a viver na fidelidade da comunhão, participação e missão levando o Salvador a todos.

2 BREVE FUNDAMENTO DA MARIOLOGIA

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns princípios tipológicos, bíblicos e teológicos acerca da Virgem Maria, bem como elementos do Magistério da Igreja que fundamentam sua compreensão como modelo da Igreja. Nesse percurso, destaca-se a progressão histórica e teológica que abrange as prefigurações marianas presentes no Antigo Testamento, sua manifestação no Novo Testamento e, posteriormente, a consolidação dessa doutrina no ensinamento oficial da Igreja, sobretudo em relação aos dogmas marianos.

Busca-se, assim, oferecer uma análise da participação da Virgem Maria na economia da salvação, integrando elementos essenciais para a compreensão do caminho eclesial, ainda que sem a pretensão de esgotar a riqueza e a amplitude do tema Maria e Igreja.

Ao abordar a maternidade divina com base nas principais fontes eclesiais, particularmente na Sagrada Escritura, torna-se possível adotar uma abordagem sistemática que contribua para a compreensão integrada da doutrina mariológica católica. A Virgem Maria apresenta-se, nesse contexto, como modelo eminente da Igreja, em razão de sua participação singular no mistério da Encarnação do Verbo e na economia da salvação. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II afirma que Maria, “associada intimamente à obra do Salvador, torna-se tipo e modelo da Igreja na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo” (cf. LG, n. 63).

Sob essa ótica, propõe-se expor a figura de Maria à luz de determinadas tipologias bíblicas. Com efeito, “os livros do Antigo e do Novo Testamento, bem como a venerável Tradição, manifestam de modo progressivo e colocam como que diante dos olhos o papel da Mãe do Salvador na economia da salvação” (cf. LG, n. 55). Assim, diversos personagens e acontecimentos bíblicos podem ser compreendidos como prefigurações da missão da Virgem Maria, os quais, à luz da exegese tipológica, evidenciam sua participação singular no plano salvífico de Deus e ressaltam sua plena manifestação no Novo Testamento.

2.1.1 A Virgem Maria na Sagrada Escritura

Dessa forma, no âmbito do Antigo Testamento, identificam-se figuras e profecias que prefiguram a Virgem Maria, dentre as quais se destaca a passagem de Gênesis 3,15, que apresenta a mulher e sua descendência em confronto e vitória sobre a serpente, constituindo um marco fundamental para a compreensão tipológica da maternidade mariana.

A força inerente à Palavra de Deus exerce um papel determinante na constituição e no aprofundamento da relação entre o Criador e a criatura humana, configurando-se como autêntica revelação divina dirigida a toda a humanidade. Conforme ensina o Concílio Vaticano II, “aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade” (DV, n. 2), manifestando, por meio de sua Palavra, o desígnio salvífico destinado a todos os homens.

Tal realidade ultrapassa os limites temporais e históricos, pois a revelação divina não se restringe a um momento específico, mas se insere na história como expressão contínua da vontade salvífica universal de Deus (cf. DV, n. 8). Nesse sentido, a Palavra de Deus não apenas comunica verdades, mas estabelece uma relação viva e dinâmica entre Deus e a humanidade, na qual o próprio Deus “fala aos homens como amigos e convive com eles” (DV, n. 2).

Nesse horizonte, a Palavra de Deus adquire caráter central e normativo, na medida em que se apresenta como princípio fundamental e condição indispensável para a realização plena da salvação. Com efeito, é em Cristo, Verbo encarnado, que a revelação atinge sua plenitude, iluminando o mistério humano e sua vocação última. Como afirma a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, “o mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado” (GS, n. 22).

Dessa forma, a salvação compreende-se como a realização integral da comunhão entre Deus e o ser humano, tornada possível pela escuta, acolhida e vivência da Palavra revelada. Assim, a Palavra de Deus não é apenas meio de comunicação divina, mas fundamento ontológico e existencial da vida cristã, orientando a humanidade para a participação plena na vida divina (cf. DV, n. 21).

Assim sendo, torna-se imprescindível uma análise atenta da profecia de Isaías (cf.7,14), na qual se anuncia que uma jovem conceberá e dará à luz um

filho, que será chamado Emanuel, isto é, “Deus conosco”. Tal passagem situa-se no contexto em que o Senhor, por meio do profeta, concede a Acaz um sinal extraordinário de sua presença e poder. A perspectiva de um Deus que se faz presente entre os seres humanos constitui, assim, uma antecipação tipológica da Virgem Maria. Ainda no horizonte veterotestamentário, observa-se que a centralidade recai sobre o filho, apresentado como foco da redenção. De modo semelhante, em Miquéias (cf. 5,2-3), anuncia-se o nascimento daquele que governará Israel, delineando a autoridade e a identidade messiânica de Jesus Cristo, cuja divindade já se encontra prefigurada na tradição de Israel (cf. Lc 1,32-33; 2Sm 7,12-16).

Um dos elementos essenciais a serem considerados é a legitimidade histórica e teológica dos autores do Novo Testamento, que documentaram, em diversos contextos, a presença e a missão da Mãe de Jesus. A progressão cronológica desses testemunhos contribui para a compreensão da atualidade e da relevância dos textos sagrados no desenvolvimento da mariologia. A Epístola direcionada aos Gálatas, composta por Paulo entre os anos 49 e 57 d.C., constitui uma das mais antigas referências, enfatizando a encarnação do Filho de Deus, “quando, porém, chegou à plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a Lei” (Gl 4,4; cf.: Serra, 1995, p.200).

Este versículo é considerado pela tradição exegética como o primeiro texto mariológico do Novo Testamento, por estabelecer a maternidade de Maria no contexto da história da salvação. O enfoque de Paulo repousa sobre a ação divina: é Deus que envia o Filho, e este assume a condição humana através do nascimento de uma mulher. Com efeito, o enfoque paulino recai primariamente sobre a iniciativa divina: é Deus quem envia o Filho, o qual assume a condição humana. Tal perspectiva é confirmada pelo magistério da Igreja, ao afirmar que o Filho de Deus “por nós homens e para nossa salvação desceu dos céus e se encarnou” (DV, n. 4), evidenciando que a iniciativa salvífica pertence inteiramente a Deus, que age na história mediante a encarnação do Verbo.

O Evangelho segundo Marcos, de maneira primorosa, revela Jesus Cristo, o Filho de Deus (cf. Mc 1,1; 1,11). Com isso, redigido aproximadamente no ano 64 d.C., desponta uma mariologia também contida, caracterizada pela menção à família de Jesus (cf. Mc 3,31-35), na qual Cristo relativiza os vínculos de sangue para enaltecer a atenção e a prática da Palavra de Deus como parâmetro

do verdadeiro discipulado. Tanto na literatura paulina quanto no evangelho segundo Marcos, a mariologia aparece de maneira incipiente, mas já associada ao cerne da maternidade de Maria, somente pode ser entendida à luz da identidade de Jesus Cristo como Filho de Deus e Salvador, isto, é:

No arco da história da salvação, Maria se situa precisamente no tempo do *pléroma* (plenitude). O seu lugar é, pois, no “centro escatológico” (definitivo) da história.

Ela está estreitamente relacionada com *Filho* e com o seu “envio”. Aqui a mariologia aparece como absolutamente cristocêntrica. O Filho de Deus torna-se filho de Maria. Ela serve de *caminho* para a vinda de Deus até nós em seu Filho.

É Maria que possibilita a “*adoção filial*” (*huiiothesa*), conceito exclusivo de Paulo (cf. Rm 8,15.23; 9,4; Ef 1,45). Assim, o Filho, que “nasce sob a Lei para redimir da lei” faz-se igualmente “filho de uma mulher”, com o fim de fazer do ser humano “filhos de Deus”. Assim, essa Mulher é também o caminho pela qual vamos a Deus (Boff, 2019, p. 37).

Com base no texto anteriormente exposto, pode-se também concluir que a teofania do Filho de Deus se realiza através da ação do Espírito Santo, destacando de forma singular a maternidade divina em Maria. Na dimensão pneumatológica, sua maternidade se concretiza pela intervenção direta do Espírito Santo, revelando a primazia da graça sobre a ordem natural. Na esfera eclesiológica, Jesus Cristo, na qualidade de Cabeça da Igreja, Virgem Maria preponderante modelo da própria Igreja, a qual desempenha uma função ímpar no mistério da comunhão eclesial. Conforme ensina o Concílio Vaticano II, Maria “é reconhecida e honrada como verdadeiro membro da Igreja [...] sendo ao mesmo tempo sua figura e modelo na ordem da fé e da caridade” (LG, n. 53; cf. n. 63).

Dessa maneira, o evangelho de Jesus Cristo, conforme relatado segundo Mateus, elucida um percurso da história da salvação que delineia um caminho rumo à glorificação do povo de Deus. Assim, desde a primeira até a segunda Aliança definitiva, ao restituir a humanidade, isto é, entre transgressões e bênçãos, pecado e graça, o povo continuou sua busca por permanecer leal a Deus e à sua promessa. Portanto, o Evangelho segundo Mateus evidencia, de maneira teologicamente significativa, a genealogia que se estende desde Abraão até Jesus Cristo, situando-o no interior da história da promessa e de sua realização. Nesse contexto, Virgem Maria aparece como elo singular na cadeia genealógica, cuja participação confere um caráter único à narrativa, ao indicar

que a origem de Jesus não se dá segundo o esquema habitual da geração humana. Com efeito, o texto afirma: “Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado Cristo” (Mt 1,16; cf. Serra, 1995, p. 208).

O Evangelho segundo Mateus retrata Maria em um ambiente de profundo silêncio e obediência, sem palavras, mas com uma postura de entrega confiante ao projeto divino. O relato do nascimento virginal (cf. Mt 1,18-25) introduz Maria como a “Mãe do Emanuel”, expressão que sintetiza o núcleo da cristologia materna: em sua maternidade, Deus se faz presente no meio da humanidade. A ausência de falas da Virgem realça sua disposição interior de fé e adesão plena à vontade divina, característica que a tradição espiritual reconhece como paradigma da obediência à fé (cf. Murad, 2012, p. 47).

Ademais, a Virgem Maria tem um papel crucial na defesa e assistência ao Menino, juntamente com José, em um cenário adverso caracterizado pela perseguição de Herodes (cf. Murad, 2012, p. 44). Essa dimensão fica particularmente clara no Evangelho segundo Mateus, quando o autor narra que os Magos encontraram o Menino junto à sua mãe (Mt 2,11), destacando a importância crucial da maternidade de Maria como uma mediação tangível da presença de Jesus Cristo. Esta visão se estende nos episódios da fuga para o Egito (cf. Mt 2,13-15) e do regresso a Nazaré (cf. Mt 2,19-23), onde se destaca sua contribuição discreta, porém efetiva, para a proteção da vida do Salvador.

Assim, a continuidade entre essas narrativas possibilita entender que a maternidade de Maria ultrapassa a dimensão biológica, inserindo-se gradualmente no contexto teológico da história. Assim, Maria é apresentada com um título que vai além do puramente natural e atinge seu significado completo na economia da salvação. Ela cumpre a promessa veterotestamentária prometida no Livro de Isaías (cf. Is 7,14), reinterpretada por Mateus (Mt 1,22-23) como a concretização total do prometido. A sua missão está profundamente ligada ao mistério da Encarnação. Portanto, mesmo inserida em um contexto familiar real, sua missão está intrinsecamente ligada à dinâmica da redenção, fazendo dela um testemunho vivo da presença divina na história e um modelo de obediência e maternidade.

Portanto, o avanço teológico leva ao núcleo do mistério cristão: a Encarnação do Filho de Deus. De fato, Jesus Cristo representa o eixo central da história da salvação, uma vez que, ao adotar a condição humana, o Verbo eterno

se apresenta como a mediação conclusiva da graça e da salvação (cf. Murad, 2012, p.160). Contudo, essa realidade de redenção se materializa historicamente através da colaboração de Maria, cuja maternidade se apresenta como um local privilegiado para a recepção da Palavra manifesta. Nela, o desígnio divino encontra uma resposta fiel e plena, possibilitando o estabelecimento de uma nova relação filial entre Deus e a humanidade.

Dessa forma, observa-se uma evolução lógica entre os parágrafos: inicia-se com a ação concreta de Maria na salvaguarda do Menino, transborda-se para sua interpretação teológica sob a ótica das promessas do Antigo Testamento e, por último, chega-se ao auge cristológico da Encarnação, onde sua colaboração adquire um significado crucial dentro do plano de salvação.

No Evangelho de Jesus Cristo, segundo Lucas, Maria desempenha uma função preponderante na economia da salvação, especialmente pela intervenção do Espírito Santo no mistério da Encarnação. A narrativa da Anunciação (cf. Lc 1,26-38) ressalta essa realidade: “O Espírito Santo virá sobre ti, e a força do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra” (Lc 1,35). A Virgem, ainda não casada, responde com o seu “fiat” “Eis aqui a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38), tornando-se o espaço privilegiado da revelação do Verbo à humanidade. Essa cena evidencia, de maneira exemplar, revelação da graça na perspectiva pneumatológica da encarnação e a colaboração livre de Maria no plano divino.

Assim, a mariologia lucana fundamenta-se em um eixo cristocêntrico e pneumatológico: Maria é inseparável da identidade de Jesus Cristo e da ação do Espírito Santo, estando intrinsecamente vinculada ao desígnio da redenção e à obra universal da salvação. Portanto, “aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-Se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. Ef 1,9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo feito carne, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina” (DV, n°12; cf. Ef 2,18; 2Pe 1,4).

Lucas também destaca a abrangência universal da salvação, revelando o mistério: “eis que vos trago uma boa notícia de grande alegria, que será para todo o povo” (Lc 2,10) até a missão dos apóstolos em Atos dos Apóstolos (cf. At 1,8; 10,34-35; 13,46-47), evidencia-se a passagem do horizonte judaico para a abertura universal do cristianismo. Nesse contexto, a figura de Maria não se

apresenta isolada, mas imersa no plano de Deus, como exemplar de fé e discípula ideal, na qual já se prenuncia a obra redentora do Filho.

Para além da abordagem mariológica, o Evangelho de Lucas expõe questões fundamentais que consolidam sua teologia. O Sermão da Planície (cf. Lc 6,20-49) destaca a exigência radical do seguimento de Cristo, incluindo as bem-aventuranças e o amor aos inimigos. As parábolas referentes à misericórdia (cf. Lc 15), especialmente a do Filho Pródigo, revelam o espírito paternal de Deus, que acolhe e perdoa de maneira incondicional (cf. Alberigo, org.,1995 p.53). Semelhantemente, a ênfase de Lucas na justiça e na preferência pelos necessitados é manifestada desde o cântico do Magnificat: “derrubou do trono os poderosos e exaltou os humildes; encheu de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias” (Lc 1,52-53).

Maria é apresentada, em diversas passagens do Evangelho segundo Evangelho de Lucas, como figura fundamental no desenvolvimento do plano salvífico. No relato da Anunciação, o anjo Gabriel a saúda com as palavras: “Alegra-te, cheia de graça, o Senhor está contigo” (Lc 1,28). A expressão “cheia de graça”, traduzida do grego *kecharitōmenē*, indica uma ação divina prévia e permanente, evidenciando que a eleição de Maria procede da iniciativa gratuita de Deus, e não de méritos humanos (cf. Boff, 2019, p. 47).

Tal dado revelado insere Maria de maneira singular na história da salvação, como aquela que acolhe, de modo pleno, a graça divina. Nesse sentido, sua figura deve ser compreendida à luz da unidade da Sagrada Escritura, na qual o Novo Testamento retoma e plenifica temas do Antigo. Um exemplo significativo encontra-se no paralelismo entre o anúncio profético de Livro de Sofonias (Sf 3,14-17) e a narrativa lucana da Anunciação (Lc 1,28-33), evidenciando Maria como a realização plena da “Filha de Sião”:

| Sofonias, 3,14-17 | Lucas1,28-33 |
|---|---|
| 1. “Alegre-te..., filha de Jerusalém” (v. 14) | “Alegra-te, ó cheia de graça” (v. 28) |
| 2. “O Senhor... Está no meio de ti” (v.15c) | “O Senhor está contigo” (v. 28) |
| 3. “Não temas, Sião” (v,16) | “Não temas, Maria” |
| 4. “O senhor, Teu Deus, está em teu seio” (v. 17) | “O Senhor está contigo” (v. 28) “Conceberás em teu seio” (v. 31) |
| 5. “Salvador poderoso” (v. 17) | “E lhe darás o nome de Jesus” (= Deus salva) (v. 31) |

| | |
|-----------------------------|--|
| 6. “Rei de Israel” (v. 15c) | “Ele reinará sobre a casa de Jacó” (v. 33) |
|-----------------------------|--|

(Boff, 2019, p. 46).

No texto lucano previamente referido, a saudação transcende o mero reconhecimento pessoal, configurando-se como uma declaração teológica que prenuncia a função de Maria na economia da salvação, ao receber a mensagem angelical com fé e disposição, através do seu consentimento, que trouxe ao mundo o salvador para toda a humanidade (cf. Lc 1,38). Maria, transforma-se em um modelo fiel que ouve, acredita e responde à Palavra de Deus. A mariologia lucana a descreve como a Virgem repleta de graça, estreitamente ligada ao mistério da Encarnação e ao propósito redentor divino.

No contexto da literatura lucana, Maria é apresentada como uma mãe missionária, representando aquela que dissemina a mensagem de Cristo aos outros; essa característica se torna especialmente evidente na visita a Isabel: “Quando Isabel ouviu a saudação de Maria, a criança estremeceu em seu ventre e Isabel ficou cheia do Espírito Santo” (Lc 1,41). Isto nos remete à Maria durante a apresentação de Jesus no templo, ocasião em que Simeão faz uma profecia: “Uma espada traspassará a tua alma” (Lc 2,35), antecipando sua participação no mistério da Paixão. A narração do reencontro de Jesus no templo (cf. Lc 2,41-50) apresenta Maria em sua cuidadosa procura pelo Filho, evidenciando a tensão entre sua maternidade terrena e o mistério sagrado da missão de Jesus Cristo.

Nesse acontecimento, Maria torna-se portadora do Salvador e modelo da Igreja, que evangeliza pela simples presença de Cristo que traz em seu seio. Portanto, ao ser indagado sobre a identidade de seus irmãos e de sua mãe, Jesus respondeu: “Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática” (Lc 8,21), revelando que Maria é modelo do discípulo e de fidelidade. Por último, Lucas reassume sua imagem no livro dos Atos dos Apóstolos: “Todos eles perseveravam unânimes em oração, com algumas mulheres, entre as quais Maria, mãe de Jesus” (At 1,14). Nesse contexto, Maria é apresentada como uma figura materna e um modelo da Igreja, designada pelo Espírito Santo para a missão a partir de Pentecostes. E ainda “no fim dos tempos, para abolir o pecado, Ele, o Verbo, nasceu da Virgem Maria,

tomando carne dela e tornando-se homem” (S. Atanásio, 151, p. 51) unida à comunidade nascente e aberta à ação do Espírito.

Além deste episódio, Maria se apresenta em várias outras ocasiões relevantes no Novo Testamento, mantendo sempre uma relação intensa com a missão de seu Filho. No quarto Evangelho, ela aparece nas bodas de Caná, onde, por meio de sua intercessão, contribui para a revelação inicial da vida pública de Jesus. “Fazei tudo o que ele vos disser” (Jo 2,5). O auge dessa trajetória é a presença de Maria aos pés da Cruz (cf. Jo 19,25-27), momento em que Jesus a confere ao discípulo amado. “Mulher, eis o teu filho... Eis a tua mãe”.

Tal gesto possui profundo significado teológico ao ultrapassar a dimensão meramente afetiva e inaugura relação espiritual. Conforme interpreta o magistério, nesse ato Maria é constituída Mãe de todos os discípulos e, por conseguinte, Mãe da Igreja, inserindo-se singularmente no mistério da Redenção (cf. LG, n. 58; 61).

Dessa forma, a Sagrada Escritura apresenta a Virgem Maria como aquela que, ao longo de toda a sua existência, permaneceu fiel ao projeto divino em Jesus Cristo: desde a Encarnação até a Paixão, Morte e Ressurreição. Sua presença constante revela uma adesão total ao desígnio salvífico, tornando-a modelo de fé e de discipulado. Assim, sua missão materna não se limita à geração física do Filho de Deus, mas se estende à dimensão eclesial, orientando os fiéis para o núcleo cristocêntrico da fé: o Deus que se fez homem para a salvação de todos.

Assim, a Sagrada Escritura apresenta a Virgem Maria como aquela que permaneceu fiel ao desígnio salvífico de Deus ao longo de toda a sua existência. Desde o acontecimento da Encarnação até os eventos da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo, sua presença é marcada por uma adesão constante e consciente à vontade divina. Os relatos bíblicos evidenciam que Maria não desempenha apenas um papel passivo na história da salvação, mas participa ativamente do mistério redentor mediante sua fé, obediência e perseverança.

Nesse sentido, sua contínua presença junto ao Filho manifesta uma profunda comunhão com a missão messiânica de Cristo, tornando-a modelo exemplar de discipulado e de seguimento para toda a Igreja. A maternidade de Maria, portanto, ultrapassa a dimensão meramente biológica da geração do Filho

de Deus, assumindo um significado teológico mais amplo. Ao acolher plenamente o projeto divino e permanecer unida à obra redentora de Cristo, ela exerce uma maternidade espiritual que se estende à comunidade dos fiéis, colaborando singularmente na realização do plano de salvação revelado por Deus na história.

À luz dessa compreensão, a tradição patrística também reconhece a grandeza singular de Maria, recorrendo a imagens simbólicas para expressar sua dignidade. São Gregório Magno, por exemplo, utiliza a imagem do “monte” para descrever sua elevação espiritual:

O nome deste monte pode designar a bem-aventurada sempre Virgem Maria, Mãe de Deus. Monte, sim, porque com a dignidade de sua escolha superou completamente as alturas de toda criatura eleita. [...] ‘No final dos tempos o monte do templo do Senhor se elevará acima dos montes’ (Is 2,2). [...] Assim como monte designa altura, o templo significa a morada; de fato, é chamada monte e templo aquela que, resplandecente por méritos incomparáveis, preparou para o Unigênito de Deus um santo seio, para que nele habitasse (Gregório Magno *apud* Pons, 2025, p. 290).

Assim, a reflexão bíblica e patrística se unem para destacar Maria como um modelo proeminente da Igreja e um meio seguro de se conectar com Deus, uma vez que, em sua vida, é evidente a aceitação da graça e a lealdade ao plano de salvação. Na Sagrada Escritura, a montanha é frequentemente retratada como um local de comunhão com Deus. No Antigo Testamento, é no Monte Sinai que Moisés obtém as tábuas da Lei (cf. Ex 31,18), ao passo que no Novo Testamento, Jesus revela sua glória no Monte Tabor, na Transfiguração pela Glória (cf. Mt 17,2). A tradição patrística, pautada nesse símbolo, assemelha Maria a um “monte” espiritual, um local da presença divina, uma vez que nela concretiza-se a Encarnação do Verbo.

Nesse contexto bíblico e teológico, Maria pode ser interpretada como a nova Arca da Aliança, uma vez que abriga em seu ventre o Filho de Deus, da mesma forma que a arca da antiga aliança continha a Lei e a presença divina (cf. Ex 25,10-22; Lc 1,43). É igualmente apresentada na figura da nova Eva, pois, ao contrário da primeira mulher que introduziu o pecado (cf. Gn 3,6), Maria, através de sua obediência de fé (cf. Lc 1,38), transforma-se em uma colaboradora na efetivação da redenção. O Apocalipse a retrata ainda como

“uma mulher revestida de sol, com a lua sob os pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça” (Ap 12,1), representando o símbolo da Igreja e, simultaneamente, evidenciando a maternidade espiritual de Maria em relação aos fiéis.

Portanto, em Maria, a tradição cristã bíblico-teológica apresenta um modelo da Igreja. A Igreja se revela, na referida passagem, como um espaço de comunhão com Deus, enquanto representa a nova criação redimida e se configura como uma manifestação do discipulado que se mostra fiel e obediente à Palavra. Considerado o Novo Adão para a humanidade (cf. 1Cor 15,22), Maria, unida a Ele como a Nova Eva, integra, de forma singular e subordinada, o plano de salvação levado a efeito pelo único Salvador. Assim, Maria transforma-se em reflexo e modelo da missão eclesial, convocada a proclamar e disseminar o Evangelho até os limites da terra (cf. Mc 16,15).

2.2 Dogma: Mãe de Deus (*Theotókos*)

Antes de tratarmos diretamente dos dogmas marianos, é imperativo ponderar sobre a própria relevância dos dogmas Sagradas Escrituras¹ e na Igreja. Em primeiro plano, é imprescindível considerar que o conteúdo da fé, denominado depósito da fé, foi transmitido por meio da Tradição apostólica, da Sagrada Escritura e do Magistério da Igreja (cf. 1Tm 6,20; 2Ts 2,15). A Escritura representa a base sólida para o entendimento das verdades reveladas em Cristo; no entanto, requer sempre uma interpretação teológica, pastoral e sistemática que assegure sua correta compreensão e previna distorções do dado revelado (cf. John, 1999, p.10).

Assim, os dogmas surgem como afirmações solenes que estabelecem de forma definitiva e normativa uma verdade da fé. Introduzem elementos criteriosos pela sistematização do dado revelado, da promoção do Reino de Deus. Entretanto, oferecem uma interpretação autêntica e indispensável, preservando a essência do Evangelho em face das diversas culturas e dos

¹ Base Bíblica da Maternidade divina: a) Lc 1, 43: mãe de meu Senhor. b) Lc 1, 32: mãe do Filho do Altíssimo. c) Mt 1, 23 e Is 7,14: virgem que concebe e dá à luz o Emanuel, Deus-conosco (cf. Sampel, 2017, p.18).

desafios históricos, atuando como uma problematização distorcida acerca dos elementos essenciais da fé, prevenindo e enfrentando heresias. No âmbito mencionado, a tradição é aquela orientada pelo Espírito Santo, conforme:

a sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja; aderindo a este, todo o Povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e na oração (cfr. At. 2,42 gr.), de tal modo que, na conservação, atuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis (DV, n. 10).

A relevância dos dogmas cristológicos, mariológicos e de outras esferas da teologia residem precisamente na sua capacidade de assegurar que a fé seja comunicada em sua essência, sempre orientada ao seu destinatário final: o ser humano convocado à união com Deus. Aprecia um dogma, como os títulos marianos, não com a intenção de subordinar Maria a Cristo, mas para aclarar a verdade acerca do próprio Cristo e de sua ação redentora, conforme salienta os diversos Concílios Ecumênicos ao longo da história da Igreja. Como recorda o Concílio Vaticano II, Maria é honrada, “efetivamente, a Virgem Maria, que na anunciação do Anjo recebeu o Verbo no coração e no seio, [...] em atenção aos méritos de seu Filho, e unida a Ele por um vínculo estreito e indissolúvel” (LG, n°53).

Dessa forma, a análise dos dogmas marianos é indissociável do núcleo cristológico e da fé: esses elementos nos auxiliam a entender de maneira mais aprofundada a identidade de Cristo, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, bem como a dimensão salvífica de sua obra, a qual se concretiza no tempo e abrange toda a humanidade. Portanto, “razão fundamental que está na base da necessidade de afirmações dogmáticas é o acontecimento decisivo da salvação em Cristo, que é válido para todos os tempos” (John, 1999, p.15).

Essa maternidade pode ser examinada em alguns pontos essenciais. Na dimensão cristológica, Maria é reconhecida como Mãe de Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. O Concílio de Éfeso, realizado em 431, na cidade de Éfeso, localizada na atual Turquia, trata-se do terceiro concílio ecumênico da Igreja. Ele foi convocado pelo imperador Teodósio II, principalmente para resolver a heresia suscitada pelo patriarca Nestório de

Constantinopla, que negava o título de *Theotókos* (Mãe de Deus) à Maria (cf. DH, 2006, p. 97).

Nestório, patriarca de Constantinopla, sustentava que Maria deveria ser chamada somente de *Christotókos* (“Mãe de Cristo”), recusando o título de *Theotókos* (“Mãe de Deus”), que já estava em uso na tradição eclesial. A conjuntura de reflexões suscitava também a oportunidade de definir Ihe exclusivamente como *Anthropotókos* (“Mãe do homem”), restringindo sua maternidade à dimensão humana de Jesus. O núcleo da temática em sua cristologia repousava na forma de perceber a relação entre as duas naturezas de Cristo. Incorporado à escola antioquena, Nestório entendia a unidade do Verbo encarnado de forma dualista, admitindo-as como suficientemente distintas ao ponto de considerá-las duas pessoas. (cf. Alberigo, 1995 p.74).

Isso acarretaria a distinção entre a essência humana e a essência divina de Jesus Cristo, comprometendo, assim, a doutrina da união hipostática, que preconiza a existência de uma única pessoa com duas naturezas indissociáveis. Contudo, reafirmando solenemente a fé da Igreja, o concílio declarou Maria como *Theotókos*, não com o intuito de enaltecer a figura da Virgem, mas para proteger a veracidade cristológica: o Filho que nasceu de Maria é o próprio Verbo eterno encarnado. Assim, o Concílio confirmou:

Confessamos, portanto, nosso Senhor Jesus Cristo, Filho unigênito de Deus, perfeito Deus e perfeito homem, <composto> de alma racional e de corpo, antes dos séculos gerado do Pai segundo a divindade, no fim dos tempos <nascido>, por causa de nós e de nossa salvação, da virgem Maria, segundo a humanidade, consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial a nós segundo a humanidade. Aconteceu, de fato, a união das duas naturezas, e por isto nós confessamos um só Cristo, um só Filho, um só Senhor. Segundo este conceito de união inconfusa, confessamos a santa Virgem deípara, porquanto Deus, o Verbo, foi encarnado e humanado e, desde a concepção mesma, uniu a si o templo que dela recebeu (DH, 2006, n. 272).

Dessa forma, é possível entender a importância da relação entre o mistério de Deus na forma humana e o cenário histórico da redenção. O Ser eterno, Deus autêntico e homem genuíno, adotou a condição humana a fim de residir entre a humanidade. O prólogo do Evangelho segundo João apresenta essa realidade de modo paradigmático: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus, e o Verbo era Deus (...) e o Verbo se fez carne e habitou

entre nós” (cf. Jo 1,1.14). Essa afirmação destaca a centralidade da Encarnação como núcleo do mistério cristológico.

O Concílio de Éfeso declarou publicamente Maria como *Theotókos*², Mãe de Deus, com as seguintes palavras: “Se alguém não confessa que Emmanuel é verdadeiramente Deus, e que, por isso, a Santíssima Virgem é Mãe de Deus, ao gerar, segundo a carne, o Verbo de Deus feito carne, seja anátema” (DH, 2006, n. 252). A presente definição não visava, como meta primordial, glorificar Maria em si, mas sim resguardar a verdade cristológica: o Cristo que nasceu da Maria, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, indissociavelmente ligado em sua divindade e humanidade pela união hipostática.

Sob essa perspectiva, Maria é Mãe de Deus em função da identidade de Cristo, e não como uma concessão isolada. Constitui uma mariologia fundamentalmente centrada em Cristo, na qual Maria nunca é posicionada acima de Cristo, mas é reconhecida como Mãe de Deus exatamente em razão do mistério da Encarnação do Filho eterno, ou seja, a união hipostática das duas naturezas em uma pessoa: divina e humana. A expressão mariana procura primordialmente ressaltar a preponderância de Jesus Cristo na economia da salvação, além de promover a fé da Igreja na plena divindade e humanidade do Redentor.

Portanto, o dogma da *Theotókos* apresenta-se como fundamento teológico para a compreensão de Virgem Maria como modelo da Igreja. Ao ser reconhecida como Mãe de Deus, Maria revela, de modo singular, a íntima relação entre Cristo e a Igreja, uma vez que, ao gerar o Filho encarnado, coopera também, de forma indireta e real, para o surgimento da comunidade dos redimidos. Nesse sentido, a Igreja, nascida do mistério pascal de Jesus Cristo, é chamada a tornar-se sinal visível e prolongamento de sua presença salvífica na história.

A partir dessa perspectiva, a identidade eclesial encontra em Virgem Maria seu modo de ser mais elevado. Conforme afirma o Concílio Vaticano II, Maria é “tipo e modelo da Igreja” (LG, n. 63), o que implica reconhecer que a Igreja é chamada, à semelhança dela, a exercer uma autêntica maternidade

² O termo grego *Theotókos* será, a partir deste ponto, traduzido e empregado como “Maria, Mãe de Deus” em todas as referências subsequentes.

espiritual. Nesse sentido, assim como Maria gerou Jesus Cristo para o mundo, a Igreja é continuamente convocada a gerar Cristo na vida dos fiéis, mediante o anúncio da Palavra e a celebração dos sacramentos (cf. LG, n. 64).

Desse modo, Maria não apenas ocupa um lugar singular na economia da salvação Nela se manifesta, modelo de ser Igreja, conduzindo-o os homens à comunhão com Deus, tal compreensão é amplamente desenvolvida na teologia contemporânea. Clodovis Boff afirma que Maria “é o ícone perfeito da Igreja”, pois nela se realiza de modo pleno aquilo que a Igreja é chamada a ser: espaço de acolhida da Palavra e de geração de Cristo no mundo (cf. 2006, p. 123).

2.3 Dogma: Sempre Virgem *Maria (Aeiparthenos)*

Desde o início do cristianismo, a virgindade de Maria, Mãe de Jesus Cristo, é mencionada na Sagrada Escritura³ e nos escritos dos Padres da Igreja, estabelecendo uma conexão direta com a encarnação do Verbo. Por exemplo, Inácio de Antioquia (110 d.C.) utiliza a expressão referente a duas gerações do Cristo: uma, eterna, concretizada por Deus Pai, e outra, temporal, originada pela atuação do Espírito Santo no seio materno de Maria. Igualmente, Hipólito (235 d.C.) destaca, através do símbolo da fé, o impacto do Espírito Santo na dualidade da verdadeira maternidade e na virgindade virginal de Maria, resultando na definição do dogma que foi aceito pela Igreja, conforme evidenciado em:

Clemente Alexandrino (†215 ca.) testemunha a fé da Igreja na virgindade de Maria e correlaciona Maria e a Igreja, evidenciando a sua função virginal e materna: ambas geram virginalmente Cristo (Paed. 1, 6, 21). Como Maria, também a Igreja dá aos fiéis o Verbo da verdade, do qual é fecunda (Strom. 7, 16). Uma aproximação entre Maria e a Igreja está presente também na conhecida inscrição de Abércio (início do século III): “A fé me guiava por toda parte e me fornecia como alimento um peixe de fonte, grandíssimo, puro, que casta virgem pescou e distribuía aos amigos para alimentar-se para sempre” (Maritano, 2010, p. 1187).

³ Base bíblica Virgindade Perpétua: a) Mt 1, 18-25: quatro referências à virgindade perpétua de Maria. b) Lc 1, 34-35: Maria diz que não conhece homem (cf. Sampel, 2017, p.18).

Maria, preservada do pecado original, evidencia, em sua existência, a característica fundamental da maternidade virginal, a expressão suprema da revelação divina com respeito a Cristo, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, resguardado de toda corrupção do pecado. Dessa forma, na plenitude dos tempos, o Espírito Santo concretiza o mistério da Encarnação por meio de seu “sim” livre e absoluto, pelo qual a Palavra eterna adota a natureza humana no seio virginal da Mãe.

Ao descrever a proclamação do anjo à Virgem Maria (Lc 1,26-38), Lucas destaca que ela é “cheia de graça”, evidenciando a ação do Espírito de Deus que reside nela, tornando-a uma participante singular da economia da salvação. Dessa forma, o mistério da virgindade de Maria, tanto antes, quanto durante e após o parto, evidencia a plena consagração de sua essência à vontade divina, assim como a pureza completa de seu coração. Como observa Carvalho (cf. 2022, p. 110), “o caráter original da concepção e do nascimento de Jesus revela-se porque, pela primeira vez na história de Israel, a virgindade não aparece como uma maldição, mas como uma bênção”.

Tal declaração ressalta o novo panorama teológico estabelecido pela Encarnação: a virgindade de Maria não representa uma negação da fecundidade, mas sim sua plenitude transformada pela graça. A promessa da salvação, uma vez que a maternidade Imaculada de Maria inicia a Encarnação do Verbo, Jesus Cristo, através da qual a humanidade é reconectada com Deus por intermédio do Filho, que chegou ao mundo por meio de uma mulher (Gl 4,4), no seio completamente puro da nova Eva.

O Vº Concílio de Latrão (1512–1517) foi convocado pelo Papa Júlio II e posteriormente conduzido sob o pontificado de Leão X. Este concílio ecumênico teve como principal objetivo responder aos desafios doutrinários, políticos e eclesiológicos que ameaçavam a unidade da fé e a autoridade da Igreja no limiar da modernidade. Entre suas finalidades centrais, destacou-se a tentativa de reafirmar a autoridade pontifícia frente às correntes conciliaristas e às disputas de poder que emergiam entre o papado e os Estados europeus. O concílio também se dedicou a combater heresias e movimentos reformistas que ganhavam força na época, bem como a promover reformas internas na disciplina eclesiástica e na formação do clero (cf. Alberico, 1995, p.37).

Assim, o Vº Concílio de Latrão constituiu um esforço significativo da Igreja para preservar a integridade da fé católica e a coesão institucional, num contexto de profundas transformações culturais, políticas e religiosas que antecederam o advento da Reforma Protestante. Dessa forma, as divisões que surgiriam futuramente resultariam na contrarreforma protestante durante o Concílio de Trento no Século XVI. Por isso, enquanto dogma da Igreja, este concílio realça a relevância dos concílios ecumênicos, os quais os desdobramentos são reafirmar a veracidade da fé, manter a unidade e esclarecer os ensinamentos diante de dúvidas e controvérsias (cf. Alberico, 1995, p.38).

A virgindade perpétua de Maria, tornando parte da fé cristã. Nisto, a Igreja ensina que a virgindade é para sempre. Essa ideia se alinha com a verdade revelada por Cristo. Ele é Deus e homem ao mesmo tempo. Ele foi gerado pelo Espírito Santo sem pecado. Assim, ele nasceu do ventre de uma mulher que estava preparada para ser parte do plano de Deus. Isso mostra que não se trata somente de um fato físico, mas também de uma questão de fé. Essa fé mostra a natureza de Jesus Cristo (cf. Aiello, 1995, p.412).

Tal declaração ocupa um espaço considerável no contexto do movimento da doutrina cristocêntrica. A participação de Maria não se fundamenta em sua própria vontade, já que, claramente, é sustentada pela essência divina de Jesus, “dizer que Maria é sempre virgem é dizer que ela não teve relações carnis nem antes e nem depois da concepção de Jesus, e que isso não teve nenhum outro filho” (Bernard, 2005, p. 484). Esta afirmação dogmática não foi elaborada na Igreja inesperadamente; ao contrário, constituiu o foco de extensas discussões durante o próprio concílio.

A centralidade dos debates da Igreja tem como finalidade a promoção da fé no Cristo. Dessa forma, consoante o que se observa na doutrina apostólica, na ressurreição e na glorificação de Jesus Cristo. De tal modo, a compreensão da virgindade assume um papel secundário, enquanto, em destaque, situa-se o Reino de Deus, que se fundamenta na pessoa de Jesus Cristo, o Imaculado por ser Deus. O Concílio fundamenta a fé, transmitindo-lhe a tradição, acerca do dogma da virgindade perpétua de Maria (cf. Bernerd, 2005, p. 474). Dessa forma, sustenta-se que o Concílio de Latrão, juntamente com os padres conciliares, proclamou a seguinte sentença:

Se alguém não professa, de acordo com os santos Padres, em sentido próprio e verdadeiro, Deípara a santa sempre virgem imaculada Maria, já que ela, em sentido próprio e verdadeiro, no fim dos séculos, sem sêmen, concebeu do Espírito Santo e sem corrupção gerou aquele que foi gerado por Deus Pai antes de todos os séculos, Deus Verbo, permanecendo inviolada também depois do parto a sua virgindade, seja condenado (DH, 2006, n. 503).

O dogma da perpétua virgindade de Maria antes, durante e após o nascimento do Messias, está intrinsecamente ligado ao mistério do Filho que ela gerou. Considerando que Cristo Jesus é simultaneamente verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não lhe era possível submeter-se à corrupção do pecado. A eternidade, a fim de ser a Mãe do Redentor, foi resguardada por Deus de toda iniquidade, para o Verbo eterno poder assumir a natureza humana em seu ventre, sem comprometer a pureza de sua divindade. Sendo assim, “Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher” (cf. Gl 4,4).

Por essa razão, o apóstolo São Paulo, enfatiza que assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e, pelo pecado, a morte, assim também a graça superabundou por um só homem, Jesus Cristo (cf. Rm 5,12.15). Portanto, a Virgem Maria sempre foi e sempre será virgem, uma vez que o próprio Deus, Cristo, experimentou a realidade da virgindade na superabundância da graça, porque é a graça suprema. Assim, é possível, além de tudo, perceber esta verdade revelada como fundamento da fé, a qual a Igreja transmuta por meio da proclamação dogmático da Virgem Maria. Enfatizamos, uma vez mais, que o dogma perpétuo da Virgem Maria decorre de Cristo, o Filho de Deus, que, em sua trajetória, não se restringiu somente ao seu nascimento ou à sua encarnação. Entretanto, ao longo de toda a sua trajetória na história, teve como finalidade essencial a redenção da humanidade em relação a Deus.

A Virgem Maria se torna um modelo para a Igreja através do mistério de sua perpétua virgindade, entendida não somente em sua forma física, mas também em sua dimensão teológica e espiritual. Essa situação mostra a identidade da Igreja. Ela é chamada, acima de tudo, para anunciar Jesus Cristo. A Igreja deve trazer Jesus para a vida das pessoas que acreditam nele. Isso acontece pela fé e pelo trabalho de espalhar o evangelho. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II afirma que a Igreja, “imitando a Mãe do seu Senhor, pela

virtude do Espírito Santo, conserva virginalmente íntegra a fé, sólida a esperança e sincera a caridade” (LG, n. 64).

Portanto, a virgindade de Maria se apresenta como um símbolo de total disponibilidade ao plano divino, demonstrando uma submissão total e indivisível à vontade de Deus. Conforme destaca Clodovis Boff, Maria “é a criatura totalmente aberta à ação de Deus”, tornando-se paradigma da resposta humana à graça (cf. Boff, 2006, p. 98).

2.4 Dogma: Imaculada Conceição da Virgem Maria (*Immaculata*)

O dogma da Imaculada Conceição foi proclamado pelo Papa Pio IX em 8 de dezembro de 1854, por meio da bula *Ineffabilis Deus*. Ele expõe que a Virgem Maria, desde o instante inaugural de sua concepção, foi protegida por Deus de toda impureza do pecado original, em decorrência dos méritos redentores de Cristo⁴. Este dogma não deve ser interpretado como algo dissociado da missão de Cristo, mas sim como uma realidade cristológica: Maria é conservada para exercer o papel de Mãe do Salvador, possibilitando que o Verbo eterno assuma a carne humana em uma natureza incorruptível. Portanto, a Imaculada Conceição tem uma ligação direta com o plano da Redenção, que se concretiza totalmente em Cristo e se estende a toda a humanidade (cf. Alois, 2001, p.168).

Assim, a totalidade da humanidade requer a salvação; contudo, Maria é a entidade mais exaltada dentre todas as criaturas, em virtude de sua preservação desde sua virgindade eterna até a condição de Imaculada, representando a santidade e a pureza de sua integridade e essência no plano divino. Ao examinarmos o dogma da Imaculada Conceição, ou seja, a afirmação de que foi gerada isenta do pecado original. Com isso, “porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela” (Gn 3,15). Constatamos que essa figura se transforma, por sua natureza, em uma colaboradora direta da redenção, uma vez que é imaculada, não em decorrência de seus próprios méritos ou benefícios, mas em harmonia com a convocação divina para participar da obra de salvação.

⁴Base bíblica Imaculada Conceição: a) Lc 1,28: cheia de graça. b) Lc 1,49: o Poderoso fez maravilhas em Maria (cf. Sampel, 2017, p.18).

No século XIX, observava-se um crescente aumento na devoção à Virgem Maria. Por meio da vivência das católicas, propaga-se, de maneira crescente, a veneração à Virgem Maria. Neste cenário, vários santos expressavam um respeito especial pela mãe de Deus. Estava em uma época em que Maria tinha grande importância para a Igreja. Na criação da medalha milagrosa de Santa Catarina Lavoure, em 1830, estava gravado na medalha que Maria apareceu para esta mulher, com a inscrição "Ó Maria, sem pecado original, rogai" (cf. Murad, 2012, p.165).

Assim, devido ao aumento do movimento Mariano, este alcançava seu ápice. Na bula *Ineffabilis Deus*, o Papa Pio IX encarrega a comissão teológica de analisar as questões de mariologia em vigor. Ele estava tão seguro de suas intenções que convocou uma nova comissão em 1852 para estabelecer os critérios dogmáticos (cf. Murad, 2012, p.165).

Por fim, em 1854, a Igreja Católica oficializou o dogma da Imaculada Conceição, conforme documentado na bula:

Para a honra da Santíssima e indivisível Trindade, para o decoro e adorno da Virgem Mãe de Deus, para a exaltação da fé católica, e para aumentar a religião cristã, com a autoridade de nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados apóstolos S. Pedro e S. Paulo, declaramos, pronunciamos e definimos: A doutrina que sustenta que a Bem-Aventurada Virgem Maria no primeiro instante de sua concepção, pela graça e privilégio singulares de Deus Todo-Poderoso, em vista dos méritos de Jesus Cristo, o Salvador da raça humana, foi preservada livre de toda mancha do pecado original, foi revelada por Deus e, portanto, deve ser firme e inviolavelmente crida por todos os fiéis (Pio IX, 1854, p.35).

Ao se considerar uma entidade que acolheu Deus em seu íntimo, tornando-se sua mãe, a humanidade obteve a oportunidade de se redimir por meio de Cristo. Dessa forma, Deus elaborou um amplo plano que objetivava garantir que Jesus Cristo não fosse afetado pela culpa do pecado original. Designou a Virgem Maria como "ave, cheia de graça, o Senhor está contigo" (Lc 1,28). Portanto, para a Igreja Imaculada, na qual a atuação do Espírito Santo poderia realizar, assim, manifestando o amor do Deus Filho pela humanidade. Todo esse conjunto estabelece o dogma da Imaculada Conceição, de tal forma que qualquer interpretação não pode afastar-se dessa verdade de fé: Jesus Cristo, Verdadeiro Deus e verdadeiro homem, exceto o pecado.

Portanto, acima de tudo, a Igreja é chamada a refletir, em sua própria identidade, a santidade que como modelo a Virgem Maria, reconhecida como Imaculada Conceição. Tal referência não se fundamenta em méritos meramente humanos, mas na ação gratuita da graça divina, que nela se manifesta de maneira singular (cf. LG, n. 56). Nesse sentido, Maria torna-se o modelo comunidade eclesial, que é chamada a viver a santidade como participação na vida de Deus.

A santidade, compreendida como pureza de vida e integridade de fé, encontra expressão simbólica na tradição bíblica, como na imagem da “brancura como a neve” (cf. Is 1,18) e na manifestação da glória divina na Transfiguração de Jesus (cf. Mt 17,2), sinais que apontam para a transformação interior operada pela graça. Assim, a Igreja, enquanto povo de Deus, é continuamente chamada a deixar-se transfigurar pela ação divina, configurando-se a Jesus Cristo, “verdadeiro Deus e verdadeiro homem”, centro absoluto da missão salvífica. Nessa perspectiva, a doutrina da Imaculada Conceição evidencia que Maria é redimida de modo eminente pelos méritos de Cristo, e não por si mesma, tornando-se expressão antecipada daquilo que a Igreja é chamada a ser (cf. LG, n. 53; 65).

2.5 Dogma: Assunção da Virgem Maria ao Céu (*Astígnato*).

Ao abordarmos o quarto dogma mariano, a Assunção da Virgem Maria ao Céu, torna-se imprescindível reconhecer a profundidade teológica e escatológica que este dogma expressa. Diferentemente dos anteriores Maternidade Divina, Virgindade Perpétua e Imaculada Conceição, que respondem a desafios doutrinários e contextuais específicos de suas épocas, o dogma da Assunção⁵ revela uma dimensão definitiva e eterna da existência humana redimida.

⁵ Assunção base bíblica: a) Gn 3,15: a mulher vitoriosa sobre a serpente. Maria vence os pecados e as consequências dos pecados. b) Gn 3,6; Lc 1, 38: nova Eva; Maria não comeu do fruto proibido; logo, não morreu corporalmente. c) Ap 11, 19; Sl. 131,8; nova arca; o corpo de Maria Santíssima, consagrado à missão de Cristo, não foi destruído pela morte. d) Ap 12: mulher vestida de sol, poupada do ataque do dragão letal. e) Fl 3.10; 1Cor 15,22-23: Maria é a primeira pessoa a haurir os frutos da ressurreição de Cristo, pois pertenceu sumamente ao Filho de Deus. f) 2Tm 2, 11-12; Mt 19, 27-30: Maria participou com Jesus na humilhação; decerto também teve parte na glorificação de seu filho (cf. Sampel, 2017, p.18).

Proclamado solenemente pelo Papa Pio XII em 1950, por meio da Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*, o dogma da Assunção foi definido em um contexto histórico marcado pelas consequências das duas grandes guerras mundiais. Após os horrores e as perdas que abalaram a humanidade, a proclamação da Assunção de Maria representou um sinal de esperança escatológica e uma reafirmação da dignidade humana, redimida em Cristo.

Nesse cenário de reconstrução espiritual e social, o magistério da Igreja apresentou a figura de Maria como símbolo da vitória da vida sobre a morte e da plena participação da criatura na glória de Deus. Assim, o dogma da Assunção não apenas recorda a singular glorificação da Mãe de Deus, mas também projeta, sobre toda a humanidade, a promessa da ressurreição e da comunhão eterna com o Criador.

Nos primeiros séculos do cristianismo, a Igreja primitiva demonstrava profundo zelo e veneração pelos santos mártires, preservando suas relíquias e erigindo, sobre seus túmulos, os primeiros lugares de culto eucarístico. Essa prática expressava uma teologia da comunhão dos santos, na qual o testemunho do martírio era compreendido como prolongamento da paixão de Cristo e sinal da esperança na ressurreição (Murad, 2012, p.182)

Contudo, apesar desse cuidado extremo com os corpos dos mártires, não existe nenhum registro histórico ou arqueológico que ateste a descoberta das relíquias corporais da Virgem Maria. Essa ausência, longe de representar lacuna histórica, foi interpretada pela tradição eclesial como sinal teológico da Assunção de Maria, isto é, da sua elevação em corpo e alma à glória celeste. Tal compreensão se consolidou gradativamente na consciência da Igreja e foi solenemente definida como dogma pelo Papa Pio XII, na Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus* (1950). A celebração já ocorria em 15 de agosto em Jerusalém e foi institucionalizada e valorizada também no Ocidente no século VII pelo Papa Sérgio, que a denominou “Assunção”, antecipando de certa forma o dogma que seria estabelecido posteriormente no século XIX (cf. Boff, 2006, p. 517).

Na tradição de toda a Igreja desde os primeiros séculos diversos testemunhos isolados que representavam admiração a virgem Maria diversas Igrejas, mas nada era fundamentado com um pensamento eclesial dominante

naquele momento. Com isso, “segundo Efrém (séc. IV e V), O corpo virginal de Maria não sofreu a corrupção depois da morte. Para Epifânio (séc. VI), Maria já deve possuir em sua carne o Reino dos Céus” (Murad, 2012, p.182). Verificamos também que, nossa escritura não existe nenhum relato que apresenta esse assunto com clareza.

Assim, conforme nosso conhecimento, Deus consegue realizar e de ser tudo, pois Ele é o Divino que manifesta o impossível. A Igreja, embora não disponha de quaisquer provas científicas acerca dos restos mortais de Maria, nos primórdios, revela uma considerável precaução em relação a este tema que permanece enigmático para todos os cristãos (Murad, 2012, p. 182). Assim sendo, a teologia nos indica que, efetivamente, Maria foi elevada aos céus em sua totalidade, razão pela qual o Papa Pio XII, em 1950, por meio da constituição apostólica *Munificentissimus Deus*, faz a declaração:

Pelo que, depois de termos dirigido a Deus repetidas súplicas, e de termos invocado a paz do Espírito de verdade, para glória de Deus onipotente que à virgem Maria concedeu a sua especial benevolência, para honra do seu Filho, Rei imortal dos séculos e triunfador do pecado e da morte, para aumento da glória da sua augusta mãe, e para gozo e júbilo de toda a Igreja, com a autoridade de nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados apóstolos S. Pedro e S. Paulo pronunciamos, declaramos e definimos ser dogma divinamente revelado que: a imaculada Mãe de Deus, a sempre virgem Maria, terminado o curso da vida terrestre, foi assumta em corpo e alma à glória celestial" (Pio XII, n°44)

Ao final de sua vida terrena, Maria foi elevada em corpo e alma à glória celeste. Por meio do dogma, o mistério da fé cristã é experimentado e revelado à totalidade da humanidade. Dessa forma, na vertente dogmática da Igreja, observa-se a evidência da presença de Maria, conforme descrito: “apareceu no céu um grande sinal: uma mulher revestida de sol, tendo a lua debaixo dos pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça.” (Ap 12,1). Assim sendo, os dogmas marianos nos recordam a respeito da Igreja, enfatizando a presença cristológica como o núcleo da fé e Maria é um modelo da Igreja.

CONCLUSÃO PARCIAL

Do exposto conclui-se que, desde as prefigurações tipológicas de Maria no Antigo Testamento até a proclamação da Encarnação do Verbo, passando pela Ascensão de Jesus Cristo Ressuscitado e pelo derramamento do Espírito Santo sobre a Igreja primitiva, Deus constitui a Virgem Maria como modelo de ser Igreja. Nesse horizonte, ela representa, de modo eminente, as dimensões cristológica, eclesiológica e mariológica da fé, evidenciando que, ao longo da história da salvação, bem como no Magistério e na Tradição da Igreja, desenvolveu-se uma reflexão sólida acerca desses elementos, sempre marcada pela centralidade de Cristo.

Ademais, ao considerar os dogmas marianos, destacam-se caminhos que orientam todos os cristãos na vivência da Aliança com Deus, especialmente no compromisso com o Reino. Nessa perspectiva, a Virgem Maria apresenta-se como modelo da Igreja peregrina, permanecendo fiel ao projeto divino. Conforme afirma *a Lumen Gentium*, ela “é imagem e início da Igreja que se há de consumir no século futuro; assim também, na terra, brilha como sinal de esperança segura e de consolação para o povo de Deus ainda peregrinante, até que chegue o dia do Senhor” (LG, n. 68).

3 MARIA NO MISTÉRIO DE CRISTO E DA IGREJA: PERSPECTIVA DA *LUMEN GENTIUM*

INTRODUÇÃO

Antes de aprofundar-se na análise da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, é imprescindível entender o contexto histórico e teológico que precede a elaboração do capítulo VIII, o qual é voltado à Bem-Aventurada Virgem Maria no mistério de Cristo e da Igreja. Essa interpretação possibilita situar a mariologia conciliar dentro de seu contexto histórico, espiritual e doutrinário, especialmente ao considerar as mudanças que a devoção mariana vivenciou nos últimos cinco séculos.

A partir do período subsequente ao Concílio de Trento, no século XVI, nota-se uma intensificação da devoção popular à Virgem Maria, caracterizada por manifestações afetivas, simbólicas e devocionais. A reforma protestante, em especial o luteranismo, sublinhava exclusivamente a mediação de Cristo, colocando as intercessões dos santos em uma posição secundária. Essa tensão teológica impulsionou, na Igreja Católica, uma valorização ainda maior do papel de Maria como intercessora e colaboradora singular na obra redentora. Como observa Murad (2015, p. 585), “a devoção mariana, especialmente a partir da Idade Moderna, assumiu contornos de grande fervor, motivada tanto por experiências místicas quanto por definições dogmáticas que elevaram a Virgem a um lugar de destaque na economia da salvação”. É nesse contexto que Maria é exaltada por estar completamente em comunhão com Jesus Cristo, favorecendo a união dos seguidores de Seu Filho.

Dentro deste cenário, a proclamação dos dogmas da Imaculada Conceição (1854) e da Assunção de Maria (1950) foi um marco crucial na solidificação da mariologia moderna. Os dois dogmas, de natureza cristológica e eclesial, promoveram uma intensa reflexão mariana e abriram caminho para novas visões teológicas sobre a conexão entre Maria, Cristo e a Igreja. A partir destas definições, a reflexão mariana passou a procurar um maior equilíbrio entre o conteúdo da fé e as manifestações devocionais, cumprindo assim a superação de tendências excessivamente sentimentais ou descontextualizadas.

Às vésperas do Concílio Vaticano II, a mariologia se encontrava em processo de renovação metodológica. Conforme expõe Murad (2015, p. 585), a teologia mariana percorreu etapas caracterizadas por métodos dedutivos⁶ e silogismos, fundamentados em argumentos de conveniência, que frequentemente elevavam Maria a uma posição quase divina, dissociada de sua realidade histórica e antropológica. No entanto, a abordagem exigia revisão crítica, especialmente diante das exigências, conforme o discurso de encerramento da terceira sessão de Paulo VI: “assim como é a causa da íntima relação de Maria com Cristo e de sua presença na obra da salvação por ele realizada, a maternidade divina está também na raiz das relações que Maria mantém com a Igreja” (Paulo VI, 1964, p.86).

Nesse contexto, o Concílio Vaticano II empenhou-se na reconfiguração da mariologia com base em quatro critérios essenciais: bíblico, antropológico, ecumênico e pastoral. Esses critérios asseguraram uma abordagem equilibrada e eclesial da figura de Maria, possibilitando, assim, que sua compreensão se articule de modo orgânico com o mistério de Cristo e com a vida da Igreja, evitando que seja tratada como uma realidade isolada ou reduzida a um âmbito meramente devocional (cf. Murad, 2015, p. 585).

Durante os debates conciliares, estabeleceu-se uma acalorada discussão sobre a essência do texto mariológico: se este deveria ser redigido como um documento autônomo ou se deveria ser incorporado à Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Após extensas discussões, a segunda alternativa foi a escolhida, ressaltando que a imagem de Maria só pode ser devidamente entendida no mistério eclesial. Dessa forma, em 21 de novembro de 1964, o

⁶ O método dedutivo constitui uma forma estruturada de raciocínio lógico, baseada na dedução, amplamente empregada em diversas áreas do conhecimento. Trata-se de um procedimento que parte de princípios universais para alcançar conclusões particulares, estabelecendo relações coerentes entre premissas e resultados. Historicamente, o método dedutivo tem suas raízes na filosofia da Grécia Antiga, especialmente na obra de Aristóteles, que desenvolveu a lógica formal como instrumento para a definição e demonstração dos conceitos. Já o silogismo configura-se como um instrumento rigoroso de verificação da validade dos argumentos. Não se trata, propriamente, de aferir a veracidade material da conclusão, mas de examinar se esta decorre de modo necessário das premissas estabelecidas. Assim, a ênfase recai sobre a estrutura formal do raciocínio, e não sobre o conteúdo das proposições, garantindo a coerência interna do argumento independentemente da verdade empírica dos seus enunciados (cf. Copi, 1978, p. 36–38).

Papa Paulo VI promulgou de maneira solene a *Lumen Gentium*, incluindo o capítulo VIII, A Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no Mistério de Cristo e da Igreja, no conteúdo da Constituição dogmática. O pontífice oficializou a declaração de Maria como “Mãe da Igreja”, denominação que resume sua profunda conexão com o Corpo Místico de Cristo e sua vocação maternal em prol do Povo de Deus em sua trajetória (cf. Murad, 2015, p.585).

Portanto, a análise do capítulo mariológico da *Lumen Gentium* deve ser vista como fruto de um extenso processo de reflexão teológica e pastoral, que buscou harmonizar a piedade popular, na tradição dogmática e as demandas de renovação da Igreja. Trata-se de um marco que redefine o lugar de Maria na teologia contemporânea, reafirmando-a como modelo de fé, discípula e Mãe da Igreja.

3.1. A Virgem Maria: Primícias da Igreja.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* reserva o seu oitavo capítulo para a análise referente a “A Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no Mistério de Cristo e da Igreja”. (LG, cap. VIII). Neste relevante segmento conciliar, os Padres do Concílio Vaticano II empenharam-se em articular de maneira harmoniosa as duas principais correntes da mariologia anterior ao concílio: a corrente cristotípica⁷, que ressaltava a relação de Maria com Cristo e sua cooperação singular na obra redentora, e a corrente eclesiotípica⁸, que a

⁷ O conceito cristotípica é amplamente utilizado por diversos teólogos no período anterior, concomitante e posterior ao Concílio Vaticano II, com o objetivo de explicitar a relação singular de associação de Maria a Cristo, particularmente no âmbito de sua maternidade divina. Nessa abordagem, evidencia-se que Cristo ocupa, em última instância, o lugar de valor primeiro e último, constituindo-se como o ponto de referência fundamental e o princípio normativo de toda formulação mariológica. Desse modo, a reflexão sobre Maria encontra seu sentido pleno na sua ordenação intrínseca ao mistério de Cristo, evitando qualquer compreensão isolada ou desvinculada do núcleo cristológico (cf. Cherardini, 1995, p.587).

⁸ A reflexão teológica em perspectiva eclesiotípica constitui uma categoria amplamente desenvolvida na mariologia, sobretudo ao evidenciar a participação singular da Virgem Maria na vontade salvífica de Deus, de modo particular em sua maternidade divina. Nessa abordagem, Maria configura-se como protótipo ou modelo da Igreja, na medida em que, ao acolher plenamente o desígnio divino, antecipa em si mesma aquilo que toda a comunidade eclesial é chamada a realizar.

Tal perspectiva encontra especial desenvolvimento no contexto do Concílio Vaticano II, que apresenta Maria como modelo da Igreja no mistério da fé, já plenamente inserida

retrata como modelo de Igreja (cf. Pié-Ninot, p. 110, 1998). A síntese teológica contida na *Lumen Gentium* representa uma reviravolta hermenêutica crucial: Maria é entendida, de maneira simultânea, em relação a Cristo, como intimamente ligada ao mistério da Encarnação e da Redenção, e em conexão com a Igreja, na qualidade de modelo primordial onde se concretiza de forma exemplar a vocação e a santidade eclesial

No horizonte desta reflexão, revela-se particularmente fecundo contemplar a Igreja em sua origem a partir de uma perspectiva mariológica. Tal perspectiva possibilita a compreensão de que o princípio essencial da Igreja se manifesta em Maria por meio de uma participação ímpar e modelo. É, de fato, Cristo quem estabelece a Igreja por meio de sua encarnação, Paixão, Morte e Ressurreição; entretanto, em Maria se revelam, de forma antecipada e exemplar, as primícias desse mistério pascal na realidade eclesial.

Vários teólogos, incluindo René Laurentin e Clodovis Boff, concordam que a participação de Maria no evento da Encarnação e sua total adesão ao plano de salvação de Deus representam um momento primordial da Igreja, pois nela o Verbo é acolhido com fé e obediência. Assim sendo, Maria não apenas colabora com a economia da salvação, mas também se integra, de forma profunda e tangível, na gênese da comunidade eclesial, posicionando-se como a figura essencial da Igreja tanto em potencial quanto em ação.

Essa interpretação é evocada com notável beleza na liturgia do Prefácio da Solenidade de 12 de outubro, que celebra a Bem-Aventurada Virgem da Conceição Aparecida, Padroeira do Brasil, cuja oração eucarística se dirige a Deus Pai, reconhecendo na Virgem Santíssima:

Mãe que fosse digna dele, preservastes a Bem-aventurada Virgem Maria. A fim de preparar para o vosso Filho de toda mancha da culpa original e a enriquecestes com a plenitude da vossa graça. Nela nos destes as primícias da Igreja, Esposa de Cristo, sem ruga e sem mancha, resplandecente de beleza (MR, 2023, p.828).

na plenitude escatológica. Desse modo, aquilo que nela se realiza de forma consumada constitui para a Igreja um horizonte de esperança e um dinamismo de peregrinação rumo ao cumprimento definitivo da redenção, especialmente por sua união perfeita com Cristo e por sua adesão integral ao plano salvífico de Deus (cf. Cherardini, 1995, p.587).

Essa expressão litúrgica não se restringe a um caráter poético, mas possui uma significância teológica: ela proclama que, em Maria, concretiza-se de maneira plena aquilo a que a Igreja é convocada a se tornar em sua totalidade escatológica, santa, imaculada e completamente dedicada a Deus. “Entretanto, a Mãe de Jesus, assim como glorificada já em corpo e alma, é imagem e início da Igreja que se há de consumir no século futuro, assim também, na terra, brilha como sinal de esperança segura e de consolação, para o Povo de Deus ainda peregrinante, até que chegue o dia do Senhor” (LG, n° 69; cf. 2 Pd. 3,10).

Conforme mencionado, é possível identificar que em Maria reside a essência da Igreja, uma vez que nela se revela antecipadamente o mistério que a comunidade eclesial é convocada a concretizar em toda a sua plenitude. Cristo, o Verbo encarnado, simboliza a manifestação palpável do Reino de Deus e a base sobre a qual se edifica a Igreja (cf. Mt 16,18). Nele, a união plena entre Deus e a humanidade se concretiza, e, através de sua encarnação no seio virginal de Maria, inicia-se a presença redentora de Deus ao longo da história.

Considerando que Cristo, gerado no seio da Virgem Maria, é o próprio Filho de Deus encarnado (cf. Jo 1,14), infere-se que Maria é, por conseguinte, Mãe de Deus e Mãe da Igreja, uma vez que o mesmo mistério da Encarnação que origina o Filho eterno do Pai também provoca a comunhão. Em Cristo residem as raízes e os primórdios da Igreja, enquanto em Maria, a humanidade apresenta sua resposta integral de fé e obediência à vontade divina (cf. Lc 1,38).

A contribuição de Maria à Igreja transcende um mero papel simbólico, constituindo uma participação efetiva e tangível na economia da salvação. Por meio da fé, da esperança e da caridade, Maria contribui para a obra redentora de Cristo (cf. LG, n.61), configurando-se como o exemplar máximo da Igreja em sua dimensão de escuta, acolhimento e fecundidade espiritual. Nenhuma outra criatura esteve tão profundamente ligada à gênese da Igreja como Maria, uma vez que dela o próprio Cristo, cabeça do Corpo Místico, recebeu a humanidade com a qual redimiu o mundo.

Assim, pode-se afirmar que Maria está na Igreja e a Igreja está em Maria (cf. Gherardini, 1995, p. 586), relação intrínseca e recíproca. A Mãe do Senhor integra proeminentemente o Corpo Místico de Cristo (cf. 1Cor 12,27), contudo, ela participa de maneira singular dessa comunhão, em virtude da plenitude da graça e da completa conformidade com o Filho. Na figura de Maria,

a Igreja reconhece sua própria gênese, vocação e finalidade: ligada a Cristo, impulsionada pelo Espírito e direcionada à comunhão integral com o Pai.

Assim, a investigação mariológica acerca da origem da Igreja permite identificar em Maria não somente um modelo, mas também um fundamento de participação, no qual a dimensão humana feminina da fé se revela como o espaço privilegiado para a ação do Espírito Santo. Na Igreja, a adesão ao Verbo fomenta a união dos fiéis e prenuncia o mistério eclesial que Cristo irá realizar completamente na cruz. Por isso:

Oferecendo, pois, ao Verbo a carne do seu consórcio humano, Maria se torna, ela própria, Igreja de modo tão pleno e unívoco que jamais se repetirá nos séculos, desde a assunção da mãe até a parusia do Filho. A Igreja, com efeito, nela já é una, santa e virtualmente católica. Toda a Igreja, na sua unidade, santidade e universalidade, se concentra em Maria, a «cheia de graça», porque mãe de Deus. Não impede tal visão a ausência nela dos sacramentos, porque não é ausência da economia salvífica, considerada a sua relação indissolúvel com o Filho redentor. Este a inunda com a sua graça, e o Espírito «a protege» com a força do Altíssimo (Lc 1,35) para dela fazer a sua Igreja sem ruga e sem mancha (Ef 5,27), o primeiro e mais nobre fruto da economia salvífica. (Gherardini, 1995, p. 585).

Sendo assim, representam a Virgem Maria como uma figura fundamental da Igreja, não de maneira isolada, mas intimamente relacionada ao mistério redentor de Cristo e à valorização da Igreja. Ao mesmo tempo que insere Maria no plano da redenção, evidencia sua constante presença no percurso histórico e espiritual do cristianismo. Segundo o Concílio, “A Virgem Santíssima, predestinada para Mãe de Deus desde toda a eternidade, simultaneamente com a encarnação do Verbo” (LG, n.61). Nesta visão, Maria é percebida como a “Mãe do Redentor”, cuja missão se estende progressivamente do Antigo Testamento, através das figuras e promessas da antiga aliança, até o Novo Testamento, onde a totalidade dos tempos se concretiza na Encarnação do Verbo (cf. Gl 4,4). O mistério da Anunciação (Lc 1,26-38) revela que Maria, ao proferir seu “fiat”, transforma-se na nova Eva, atuando como colaboradora submissa na obra de redenção e como mãe espiritual de todos os fiéis.

O Concílio Vaticano II reconhece que Maria acompanhou fielmente a missão redentora de Cristo em todas as etapas de sua vida terrena. Desde o nascimento e infância de Jesus, quando o acolheu com fé e o apresentou ao

Senhor segundo a Lei (cf. Lc 2,22-35), até sua presença nas bodas de Caná, em que cooperou com a manifestação messiânica do Filho (cf. Jo 2,1-12), Maria se manteve unida à vontade divina. Sua adesão total ao plano salvífico atinge o ápice no mistério da cruz, quando, permanecendo de pé junto ao Crucificado (cf. Jo 19,25-27), “a Virgem intimamente ligada, à Igreja: a Mãe de Deus é o tipo e a figura da Igreja” (LG, n.61).

3.2. A Virgem Maria: Modelo da Igreja.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* ratificada pelo Papa Paulo VI em 21 de novembro de 1964, oferece uma visão renovadora da Igreja, entendida como um mistério, uma comunidade e um povo de Deus em sua jornada ao longo da história. No contexto teológico, Maria é retratada não somente como um tema isolado do capítulo VIII, mas também como um modelo, uma representação e um princípio da própria Igreja, cuja vocação final é a plena comunhão com Deus. Com isso, o Concílio afirma que “a Mãe de Jesus, já glorificada em corpo e alma, é imagem e início da Igreja que se há de consumir no século futuro” (LG, n. 68) exprimindo assim a íntima correlação entre Maria e eclesiologia:

Cristo, mediador único, estabelece e continuamente sustenta sobre a terra, como um todo 68) exprimindo a santa Igreja, comunidade de fé, esperança e amor, por meio da qual difunde em todos a verdade e a graça. Porém, a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino. Apresenta por esta razão uma grande analogia com o mistério do Verbo encarnado. Pois, assim como a natureza assumida serve ao Verbo divino de instrumento vivo de salvação, a Ele indissolavelmente unido, de modo semelhante a estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, para o crescimento do corpo (cf. LG, n.8; Ef. 4,16).

O assunto mariano sobressai em diversas deliberações, configurando um paradigma de Igreja, como o mistério da Igreja como ferramenta de salvação, a coesão do povo de Deus mediante a fé e o batismo, a disposição hierárquica voltada à comunhão, a dignidade dos leigos, o convite universal à santidade e a vida vocacional que se revela como expressão profética. Assim, os padres

conciliares elucidaram igualmente a essência escatológica da Igreja, que prossegue rumo à plenitude do Reino; em vários aspectos, Maria se apresenta como um reflexo antecipado e ideal da identidade e da missão da Igreja.

No avanço do capítulo VIII, a Mãe do Senhor é apresentada como “tipo e modelo da Igreja”, que, “imitando a caridade materna da Virgem, também coopera na regeneração dos homens” (LG, n. 63). Essa conexão simbólica e espiritual transforma Maria na representação da Igreja, tanto virgem quanto mãe: virgem pela sua fé e pureza de coração; mãe pela abundância do Espírito que dá origem a filhos para Deus. Como afirma Laurentin “Maria é o espelho da Igreja: nela se reflete, em estado consumado, o que a Igreja é chamada a ser” (1965, p. 47).

Desta forma, é ressaltada a essência da mediação mariana, que está sempre subordinada à única mediação de Cristo. “A função maternal de Maria em relação aos homens de modo algum obscurece nem diminui esta mediação única de Cristo, mas até manifesta a sua força” (LG, n. 60). Assim, a maternidade espiritual de Maria se manifesta como uma contribuição na missão redentora de seu Filho, em total harmonia com o plano divino. Entretanto, constata-se que, “a mediação mariana não compete com a de Cristo, mas é extensão da encarnação redentora: nela, a graça se faz próxima, materna e compassiva” (Clodovis Boff 2006, p. 78).

A constituição da *Lumen Gentium* expõe a função exemplar de Maria como um membro destacado e modelo ideal da Igreja, “porque na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo, ela ocupa lugar absolutamente singular” (LG, n. 53). A sua participação no mistério da Igreja evidencia a potência da graça e a efetividade do Espírito Santo na narrativa da salvação, tornando-a o modelo da comunidade cristã que, assim como Maria, é convocada a ouvir, conceber e trazer Cristo ao mundo.

Dessa forma, entender Maria sob a perspectiva da *Lumen Gentium* é entender a própria Igreja em sua constituição trinitária, cristológica e pneumatológica. Segue-se a proposta de delinear a presença abrangente de Maria ao longo dos capítulos da Constituição. Desta forma, evidenciando como cada aspecto, o mistério, o povo, a hierarquia, o laicado, a santidade, a vida consagrada e a dimensão escatológica, da Igreja no capítulo VIII, no qual a

Virgem é contemplada como Mãe de Deus e representatividade escatológica da Igreja glorificada.

O Concílio, ao abordar o culto da Bem-Aventurada Virgem Maria, adverte que “os fiéis recordem que a verdadeira devoção não consiste num afeto estéril e passageiro, nem numa vã credulidade, mas procede da fé autêntica” (LG, n. 67). Dessa forma, a devoção mariana deve direcionar ao Cristo e à vida da Igreja, promovendo a união do povo de Deus. Maria é considerada um “sinal de esperança segura e de consolação para o povo de Deus peregrino” (LG, n. 68), apontando para o caminho escatológico da Igreja, a qual, um dia, será totalmente glorificada, da mesma forma que sua Mãe foi elevada em corpo e alma aos céus.

A representação culmina na concepção de Maria como a personificação perfeita da Igreja glorificada e em operação como servidora do Reino de Deus. Sua imagem congrega a vertente histórica e escatológica da fé: representa a mulher que caminha na trajetória da humanidade, mas, ao mesmo tempo, aquela que, já glorificada, conduz a Igreja à plenitude da comunhão com Cristo. Conforme ressalta Paulo VI, “Maria continua a exercer sobre a Igreja, peregrina na terra, uma função maternal de intercessão e de exemplo” (MC, n. 22).

Deste modo, chega-se à conclusão de que a doutrina conciliar acerca de Maria não se limita ao oitavo capítulo, mas se estende por toda a *Lumen Gentium*, esclarecendo a identidade e a missão da Igreja. Maria é, ao mesmo tempo, Mãe, tipo, modelo e sinal escatológico da Igreja “aquela que precede o Povo de Deus peregrinante na fé, na caridade e na perfeita união com Cristo” (LG, n. 63). Dessa forma, considerar Maria à luz do Concílio Vaticano II implica reconhecer nela o símbolo da integridade, da comunhão e da esperança eclesial, cuja missão consiste em promover a unidade e guiar todos em direção à santidade.

Assim sendo, a Igreja desempenha a função de servidora do plano redentor de Deus. Maria colabora para a disseminação dessa bênção através do seu exemplo de vida e, sobretudo, pela sua comunhão fundamental e inquebrantável com Jesus Cristo, seu filho, e a missão da Igreja de propagar as maravilhas da redenção. Em relação à doutrina da Igreja, o concílio enfatiza com destaque o papel de Nossa Senhora no mistério da encarnação do verbo e do corpo místico, reconhecendo-a como mãe de Deus, mãe da humanidade e mãe da Igreja (cf. LG, n. 54).

3.3. A Virgem Maria no coração da eclesiologia conciliar.

Conforme progredimos nas reflexões sobre a mariologia, particularmente sob a perspectiva do Concílio Vaticano II, é imprescindível reconhecer que a imagem da Virgem Maria é um dos elementos-chave na essência da eclesiologia conciliar. A *Lumen Gentium*, Constituição Dogmática sobre a Igreja, ao longo de seus oito capítulos, apresenta de forma orgânica e abrangente, por meio da espiritualidade, a presença e a atuação da missão de Maria como uma manifestação plena da intersecção entre Cristo e a Igreja. A leitura integral da Igreja possibilita a compreensão de Maria sob uma ótica horizontal e relacional, como aquela que habitou em perfeita comunhão com Cristo e, portanto, é a imagem e modelo da Igreja, Corpo de Cristo.

A Igreja, como instituição divina, está edificada sobre o fundamento dos Apóstolos: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (Mt 16,18) e tem Cristo como sua Cabeça, conforme declara São Paulo: “Ele é a cabeça do corpo, da Igreja” (Cl 1,18). Todos os que são batizados, integrados a Cristo por meio do Espírito Santo, constituem esse Corpo místico. A mulher na qual a Igreja reconhece a sua própria vocação: receber a Palavra, dar à luz Cristo para o mundo e dedicar-se a Deus e à convivência entre os irmãos, completamente unida a Cristo, não está à parte desse mistério, mas em seu cerne, pois nela o plano salvífico de Deus se concretiza em sua manifestação mais humana e divina.

Desta forma, Maria é modelo de Igreja para toda humanidade em sua forma mais pura e originária, antecipando, em sua pessoa, a realização plena da comunhão entre Deus e a humanidade. Este trabalho, embora não almeje esgotar a profundidade dessa visão mariológica na eclesiologia do Concílio Vaticano II, tem como objetivo destacar a presença de Maria em todas as dimensões da Igreja.

Ao confrontarmos-nos com a Santa Igreja enquanto Mistério, dá-se início à revelação da Igreja como uma realidade que é ao mesmo tempo visível e espiritual, constituindo o corpo místico de Cristo e o sacramento universal de salvação, com a finalidade de promover o reino para toda a humanidade. Maria encontra-se inserida neste mistério como colaboradora ímpar do plano de redenção. Por meio dela, o Verbo se revelou de forma palpável, iniciando a

economia sacramental da presença divina no universo. Assim como a Igreja é considerada o “sacramento de união com Deus e de toda a humanidade” (cf. LG, n. 1), Maria simboliza a antecipação dessa comunhão, sendo modelo e “mãe” da Igreja. Sua maternidade divina constitui o elo entre a economia trinitária e a realidade eclesial, uma vez que, por meio dela, a graça divina se torna frutífera para toda a humanidade (cf. LG, n. 52).

Antes que a Igreja apareça, Ela é Santa e Imaculada. Antes da Igreja, Ela se une a Cristo, torna com Ele um só corpo, uma só vida, um só amor; antes da Igreja, Ela comunga com seus sofrimentos e coopera com a Redenção. Antes da Igreja, enfim, Ela é elevada ao céu, em corpo e alma, junto ao ressuscitado. (...) Nesta perspectiva, a Virgem aparece como primeiro membro da Igreja, aquele no qual a Igreja realiza da maneira mais perfeita, e por antecipação, sua essência mais profunda, e mais inalienável, que é a comunhão com Cristo (Laurentin, 1965, p.171).

Sob essa ótica do texto mencionado anteriormente, é viável despertar a consciência acerca da profundidade e da complexidade da obra divina, que se estende desde a encarnação do Verbo, que habitou e coexistiu entre nós, até a fundação da Igreja. Neste desvelamento, como um elo crucial na continuidade da Redenção, com Maria desempenhando um papel fundamental nessa comunhão promovida por Cristo através da Igreja. Assim, o Concílio revela a Igreja como o novo Povo de Deus, convocado pela fé e pelo Batismo (cf. LG 9). Maria é referida como a “filha de Sião” (cf. Zc 9,9), representando a fé submissa do antigo Israel e a disposição do novo Povo de Deus. Ao proclamar o anúncio do anjo com a expressão “Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38), revela-se a fé plena e a obediência absoluta que formam o cerne da vocação eclesial. A Igreja, assim como Maria, é convocada a ouvir, receber e dar origem à Palavra viva. Maria representa um paradigma de discipulado e de engajamento ativo no sacerdócio decorrente do batismo, configurando-se como um exemplo de fé autêntica e de dedicação à missão da Igreja (cf. Boff, 2006, p. 37).

A Constituição Hierárquica da Igreja, bem como a hierarquia eclesial, é apresentada como um instrumento de unidade e comunhão (LG, 18–29). Entretanto, Maria não faz parte da hierarquia, sua presença materna ilumina e sustenta o ministério ordenado. No Cenáculo, em união de oração com os apóstolos (At 1,14), ela simboliza a Igreja em sua dimensão de intercessão e missão, que busca esses referenciais que, na própria Igreja, orientam e guiam,

por meio de um pastoreio. Assim, que engloba tanto a função episcopal quanto a dos presbíteros, diáconos e o colegiado dos bispos, os quais são convocados a servir em sua integralidade. No contexto do povo em relação ao mistério Pascal, Maria se apresenta como o modelo que guia todos os fiéis. A maternidade espiritual de Maria proporciona à hierarquia uma perspectiva de serviço. Assim, toda a autoridade eclesial é guiada pelo Espírito Santo. Com isso, toda a autoridade eclesial deve fundamentar-se em sua atitude de serviço modesto e de amor, que manifesta o coração maternal da Igreja, assim como Maria (O'Donnell, 1999, p. 245).

O capítulo IV da Constituição pertinente à Igreja enfatiza a dignidade e a vocação dos leigos, os quais são chamados a santificar o mundo nas esferas temporais (LG, 30-38). A Virgem Maria, uma mulher comum proveniente de Nazaré, manifestou sua santidade por meio de suas atividades cotidianas, conciliando fé, trabalho e família em sua vida simples e esforçada, ilustrando a santificação do comum. Ela representa um exemplo de Igreja transformadora para os leigos, que, assim como ela, experimentam e propagam o Evangelho em meio às suas obrigações diárias.

No horizonte da teologia eclesial, a presença de Cristo no meio da comunidade reunida constitui o fundamento visível e espiritual da Igreja. O próprio Senhor afirma: "Pois onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali estou eu no meio deles" (Mt 18,20). Tal expressão evangélica ressalta a natureza comunitária e sacramental da presença de Cristo, que se revela não somente de maneira individual, mas, sobretudo, na comunhão entre os crentes. Nesse sentido, o sacerdócio comum dos fiéis, após o batismo, os impulsiona a manter a presença de Jesus Cristo. Sendo a representação do Deus vivo para a humanidade (cf. LG, n. 38), manifesta-se no testemunho mariano, evidenciando que a vida cotidiana pode se converter em um espaço de graça e missão, vinculando a contemplação à ação (cf. Boff, p. 54, 2006).

A vocação universal à santidade na Igreja reconhece que essa santidade da qual é coparticipação não lhe pertence, mas é de Cristo. Contudo, permanecendo em comunhão com Cristo, os cristãos se tornam participantes de sua santidade. Por outro lado, a santidade de Cristo é atribuída à Igreja, a qual é seu corpo. Assim, a convocação para a santidade é direcionada a todos os batizados (LG, n. 39-42). Em Maria, tal apelo manifesta-se em sua plenitude: ela

é a “toda santa”, completamente alinhada a Cristo e inteiramente dedicada à vontade divina. A Imaculada Conceição e a Assunção de Maria demonstram que a graça possui a capacidade de alterar profundamente a condição humana. A santidade de Maria não a separa da condição humana, mas a converte em uma aliada e modelo para os devotos. Por intermédio de sua fé, esperança e caridade, ela esclarece a trajetória da perfeição cristã e orienta a Igreja, demonstrando que a santidade é resultado da plena conformidade ao desígnio divino (cf. Pio IX, 1854, p. 49).

O capítulo VI expõe a vida consagrada como um indício proeminente da chamada universal à santidade e da profundidade do compromisso batismal. O texto referente à conciliação especial, a total realização dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência. Apesar de não serem considerados preceitos, configuram uma maneira privilegiada de aproximar-se de Cristo e de testemunhar a primazia do Reino de Deus. Nesse contexto, Maria é vista como o paradigma da vida consagrada. Ela representa um sinal definitivo da plena realização da radicalidade do batismo, evidenciada pelos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência; esta é a essência da vocação religiosa. Entretanto, a virgindade fecunda de Maria evidencia que a total entrega a Deus não anula a existência, mas a enriquece plenamente. A consagração religiosa encontra nela sua figura mais pura, pois Maria consagrou-se ao serviço do Reino sem reservas (cf. LG, n. 43-47).

Dessa forma, a constituição enfatiza a perspectiva escatológica da Igreja e sua relação com a Igreja Celestial. A Igreja peregrina avança em direção à plenitude escatológica, em comunhão com os santos e nutrindo a expectativa da ressurreição (LG, n. 48-51). Maria, exaltada aos céus em corpo e alma, representa o sinal escatológico da glória, que foi prometida à Igreja. Em sua plenitude, concretizou-se nela o que a Igreja anseia: a triunfante superação da graça em relação ao pecado e à morte. Dessa forma, a Assunção de Maria afirma que a trajetória da humanidade possui um propósito de plenitude em Deus. Por isso, ela é chamada de “sinal de esperança certa e de consolação para o povo de Deus” (LG, n. 68). Na figura de Maria, a perspectiva escatológica da Igreja transforma-se em uma realidade vivificante. (cf. Pio XII, 1950, n. 42).

A Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no Mistério de Cristo e da Igreja. O último capítulo da *Lumen Gentium*, compreendendo os números 52

a 69, constitui a essência de nossa análise e sublinha o papel significativo de Maria, assim como sua importância para a eclesiologia conciliar. Nesse sentido, a Virgem Maria, Mãe de Deus, se destaca como um modelo da Igreja, sendo venerada tanto como Mãe de Deus quanto como modelo da Igreja, além de sua singular colaboração na economia da salvação.

Maria precede a Igreja, como o Israel que se faz Igreja na pessoa da Virgem; a Igreja está em Maria, pois ela é a célula original na qual está virtualmente contida a Igreja como a planta está contida na semente: Maria está na Igreja, como se vê no Pentecostes; Maria é Igreja, pois nela há comunhão com Cristo. Maria supera Igreja por ser mãe de Deus, e a Igreja supera Maria pela sua dimensão apostólica e hierárquica (Carvalho, p.96, 2022).

Portanto, a imagem da Virgem Maria não se limita a um simples símbolo de devoção, mas é vista como uma chave hermenêutica para a compreensão completa da conexão entre a Igreja e Maria. O Concílio declara que toda a doutrina relativa a Maria deve ser cristocêntrica e eclesial: quanto mais a Igreja reverencia Maria, mais glorifica a Cristo. A sua presença na Igreja evidencia o aspecto materno da comunidade cristã, que gera Cristo nos corações dos devotos por intermédio do Espírito. Trata-se do ponto de cruzamento entre a cristologia e a eclesiologia, o vínculo essencial entre Cristo e sua Esposa, a Igreja.

É, ainda, a Igreja da palavra e dos sacramentos, que se congrega para receber o ensinamento dos Apóstolos, para a comunhão fraternal, a fração do pão e para as orações (cf. At 2, 42); a comunidade dos batizados (cf. Mt 28,19) que se nutre do corpo e do sangue de Cristo (cf. 1 Cor 11,23-27). É a Igreja no mundo que caminha rumo à pátria definitiva; é um fenômeno escatológico vivido pelo mundo que se dá pelo evento da Igreja em Pentecostes. A efusão do Espírito Santo dá origem à Igreja na trajetória histórica. Dessa maneira, a Igreja se manifesta como resultado da Trindade. Trata-se da Igreja de Deus Pai, de Jesus Cristo e do Espírito Santo; ou, ainda, do Povo de Deus, do Corpo de Cristo, do Templo do Espírito Santo.

CONCLUSÃO PARCIAL

Portanto, o Concílio Vaticano II, enfatiza de maneira clara a função da virgem Santíssima no mistério do verbo encarnado e do corpo místico, conduzindo toda a humanidade que carece do socorro da graça divina. Dessa forma, no que tange à Mãe de Deus e modelo da Igreja, é evidente que não se busca exaurir a doutrina mariológica. Entretanto, principalmente, proporcionar uma ampliação da compreensão dos católicos acerca da função e da contribuição de Maria na Igreja, como colaboradora do Reino de Deus na salvação da humanidade. Deste modo o documento afirma:

E é uma grande alegria e consolação para este sagrado Concílio o fato de não faltar entre os irmãos separados quem preste à Mãe do Senhor e Salvador o devido culto; sobretudo entre os Orientais, que acorrem com fervor e devoção a render culto à sempre Virgem Mãe de Deus. Dirijam todos os fiéis instantes súplicas à Mãe de Deus e mãe dos homens, para que Ela, que assistiu com suas orações aos começos da Igreja, também agora, exaltada sobre todos os anjos e bem-aventurados, interceda, junto de seu Filho na comunhão de todos os santos, até que todos os povos, tanto os que ostentam o nome cristão, como os que ainda ignoram o Salvador, se reúnam felizmente, em paz e harmonia, no único Povo de Deus, para glória da santíssima e indivisa Trindade (LG, n. 69).

Contudo, sugere-se a promoção de uma colaboração ecumênica mais efetiva, inclusive entre as diversas denominações cristãs ainda separadas, a fim de favorecer um reconhecimento comum de Maria como sinal visível da Igreja, chamada a ser instrumento de salvação para toda a humanidade. Tal proposta, entretanto, exige um discernimento teológico cuidadoso, uma vez que a figura de Maria não ocupa o mesmo lugar nas diferentes tradições cristãs. Ainda assim, quando compreendida em sua relação intrínseca com Cristo e com a Igreja, Maria pode tornar-se um importante ponto de convergência ecumênica, sobretudo ao ser situada no interior do mistério da salvação (cf. LG, n. 52-54).

Nesse horizonte, a Virgem Maria, Mãe de Deus e Mãe da Igreja, é reconhecida como aquela que participa de modo singular na obra redentora, sempre em referência à centralidade de Cristo. Conforme destaca Clodovis Boff,

a mariologia autêntica deve ser essencialmente cristocêntrica, evitando qualquer forma de autonomia que a desvincule do mistério de Cristo (cf. 2006, p. 45). Assim, Maria não obscurece a ação salvífica de seu Filho, mas a manifesta de modo exemplar.

Essa relação desenvolve-se ao longo de toda a história da salvação, desde as prefigurações no Antigo Testamento até sua plena realização no Novo Testamento, abrangendo a Anunciação, a infância de Jesus, sua vida pública e, de modo culminante, o mistério da Paixão, Morte e Ressurreição, o mistério pascal, no qual Maria permanece unida ao seu Filho de maneira singular (cf. RM, n. 5-9). Nessa perspectiva, Maria deve ser compreendida no conjunto do desígnio salvífico, como modelo da fé da Igreja, por sua plena adesão à Palavra de Deus (cf. Laurentin, 1991, p. 112).

Por fim, é digno de nota o papel singular da Virgem Santíssima e da Igreja, com a responsabilidade de transmitir a maternidade espiritual. A afirmativa de que a maternidade “de Maria na economia da graça perdura sem interrupção, desde o consentimento que fielmente deu na Anunciação e que manteve inabalável junto à cruz, até à consumação eterna de todos os eleitos” (LG, n. 62) é uma evidência dessa continuidade. A Virgem Maria, enquanto paradigma da Igreja, transcende a mera representação, refletindo a fecundidade virginal da própria Igreja, suas virtudes, natureza e alicerces do culto divino. Maria se configura como um modelo significativo de Igreja.

4 MARIA COMO MODELO ECLESIAL: TESTEMUNHO, DISCIPULADO E MATERNIDADE ESPIRITUAL DA IGREJA

INTRODUÇÃO

O presente capítulo, que encerra esta investigação científica, tem como finalidade explicitar a presença de Maria na Igreja sob uma perspectiva eminentemente eclesiológica e pastoral, destacando sua dimensão testemunhal, missionária e materna. Busca-se evidenciar como a missão assumida por Maria através do discipulado e do acolhimento da maternidade espiritual, confiada por Deus, através do Espírito Santo gerando a Encarnação do Verbo, iluminam a compreensão da identidade Maria como protótipo da Igreja e sua vocação de ser promotora do Anúncio do Evangelho.

Partindo da centralidade de Jesus Cristo, Cabeça do Corpo eclesial, pretende-se demonstrar que Maria, enquanto figura paradigmática da Igreja, oferece um modelo concreto de comunhão com Cristo. Sua atitude de fé concreta, disponibilidade, obediência e prontidão missionária manifesta o modo autêntico de ser membro do Corpo de Cristo: em profunda união com a Cabeça e em constante abertura ao serviço do Reino. Assim, Maria não apenas participa do mistério da salvação, mas torna-se expressão viva do discipulado fiel e da colaboração ativa no desígnio salvífico de Deus.

Além disso, o capítulo abordará a maternidade espiritual de Maria, revelada de modo singular no evento da cruz (cf. Jo 19,25-27), quando Cristo a entrega como Mãe ao discípulo amado. Tal gesto, de profunda densidade teológica, é interpretado pela Tradição como sinal da maternidade eclesial que se estende a todos os batizados. Ao “acolher Maria em sua casa”, o discípulo representa a Igreja primitiva que reconhece nela um princípio de comunhão plena.

Dessa forma, ao considerar Maria como um modelo para a Igreja, almeja-se transcender uma visão exclusivamente funcional ou administrativa da vida eclesial, frequentemente limitada ao cumprimento de estruturas e cronogramas pastorais, visando, efetivamente, a formação de uma Igreja que aspire cumprir a vontade de Deus. Em Maria, a Igreja busca recuperar sua essência mais íntima: ser uma comunidade de discipulado, missão e maternidade, alinhada ao plano

de salvação do Filho. A Igreja vê em Maria não apenas um ideal vago, mas uma representação tangível da autenticidade do Evangelho, que pode servir de modelo para todos os cristãos a uma vida mais plena.

4.1 A escuta da Palavra em Maria como fundamento do testemunho de fé

Para todos os fiéis católicos, a Virgem Maria representa um notável paradigma de vivência da fé e, sobretudo, um verdadeiro modelo eclesial. A sua singular santidade se fundamenta na sua total aderência ao mistério de salvação realizado em seu Filho, Jesus Cristo, pela obra do Espírito Santo, o Redentor da humanidade. É exatamente nessa conexão profunda no Evento Cristo⁹ que se entende a importância de Maria na história da salvação.

Do mesmo modo, Maria se compromete totalmente com o projeto da Santíssima Trindade por meio de uma conduta profundamente humana e simultaneamente teologal: a escuta atenta da Palavra de Deus. A palavra de Deus é uma realidade particularmente evidente no evento da Anunciação. Ao aceitar o chamado divino, Maria concorda livremente em fazer parte do plano divino. De acordo com a *Dei Verbum*, a manifestação divina ocorre por meio do diálogo entre Deus e a humanidade, uma vez que “aprove a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério de sua vontade” (DV, n. 2)

Maria demonstra de maneira exemplar a reação humana à iniciativa amorosa de Deus. Ela foi escolhida para conceber Jesus Cristo em seu ventre, através do poder do Espírito Santo, se transforma em símbolo e modelo de uma Igreja constantemente chamada a gerar Cristo na comunidade eclesial, assim como houve na Antiga Aliança e com Maria, a fé é novamente importante para Nova Aliança:

Por conseguinte, também a fé de Maria pode ser comparada com a de Abraão, a quem o Apóstolo chama "nosso pai na fé" (cf. Rm 4, 12). Na economia salvífica da Revelação divina, a fé de Abraão constitui o início da

⁹ O conceito teológico de Evento Cristo compreende, todo o mistério de Jesus Cristo: desde a Encarnação, passando pela Paixão e Morte, até a Ressurreição e a Ascensão aos Céus. Portanto, o Evento Cristo abrange integralmente essa realidade cristológica, entendida como a totalidade da obra salvífica realizada pelo Senhor.

Antiga Aliança; a fé de Maria, na Anunciação, dá início à Nova Aliança. Assim como Abraão, "esperando contra toda a esperança, acreditou que haveria de se tornar pai de muitos povos" (cf. Rm 4, 18), também Maria, no momento da Anunciação, depois de ter declarado a sua condição de virgem ("Como será isto, se eu não conheço homem?"), acreditou que pelo poder do Altíssimo, por obra do Espírito Santo, se tornaria a mãe do Filho de Deus segundo a revelação do Anjo: "Por isso mesmo o Santo que vai nascer será chamado Filho de Deus" (Lc 1, 35; RM, n. 14)

O Concílio Vaticano II enfatiza essa característica ao declarar que Maria, ao receber a Palavra de Deus com fé, não só se tornou mãe de Jesus na carne, mas também uma colaboradora singular na obra do Salvador (cf. LG, n. 61). Dessa forma, a sua maternidade adquire um significado profundamente eclesial, uma vez que indica a missão da Igreja de inserir Cristo na temporalidade da história.

Do mesmo modo, a imagem de Maria guia a interpretação de uma Igreja que se manifesta no mundo, buscando solucionar os dilemas, desafios e incompreensões da contemporaneidade. Trata-se de uma Igreja que, inserida na realidade histórica, procura realizar a vontade de Deus, assumindo a missão de anunciar o Reino de Deus até os confins da terra. Esta abordagem missionária tem suas origens na vivência da Igreja primitiva, que buscava responder com lealdade e solicitude ao plano universal de redenção.

De tal modo, Maria se apresenta como um modelo exemplar que demonstra, de forma extraordinária, tanto a maternidade divina quanto a natureza materna da Igreja. O Concílio Vaticano II reconhece essa relação ao afirmar que Maria "é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor (...) e como membro eminente e inteiramente singular da Igreja, seu tipo e modelo na fé e na caridade" (LG, n. 53).

Dentro dessa perspectiva teológica, Maria expõe o que a Igreja é chamada a ser: uma comunidade de fé, discípula da Palavra e testemunha viva do mistério de Cristo morto e ressuscitado, que se faz presente no meio do seu povo. A Igreja reconheceu explicitamente a sua natureza eclesial quando Paulo VI, ao finalizar a terceira sessão do Concílio Vaticano II em 1964, proclamou Maria como modelo da Igreja para todo povo cristão, tanto dos fiéis quanto dos pastores. Deste modo que:

De fato, quando a inteligência da fé olha um tema à luz de Maria, coloca-se no centro mais íntimo da verdade cristã. Na realidade, a encarnação do Verbo não pode ser pensada prescindindo da liberdade desta jovem mulher que, com o seu assentimento, coopera de modo decisivo para a entrada do Eterno no tempo. Ela é a figura da Igreja à escuta da Palavra de Deus que nela Se fez carne. Maria é também símbolo da abertura a Deus e aos outros; escuta ativa, que interioriza, assimila, na qual a Palavra se torna forma de vida (VD, n. 27).

Dessa forma, ao considerarmos a Virgem Maria como aquela que escuta e acolhe a Palavra de Deus, podemos revisitar o Evangelho de Lucas, particularmente o relato da Anunciação (cf. Lc 1,26-38). Em um contexto caracterizado pela surpresa e pela aparente insegurança humana, Maria não se fecha à mensagem divina, mas sim, exibe uma postura de receptividade e disposição interna para ouvir a vontade de Deus expressada pelo mensageiro divino.

Assim, Maria, ao colocar-se plenamente disponível ao projeto divino, torna-se para todos os batizados que integram a Igreja um modelo exemplar de como realizar a vontade de Deus na própria história. Sua atitude de fé, expressa na escuta e acolhida da Palavra, constitui uma resposta livre e consciente ao chamado divino. Conforme afirma o Concílio Vaticano II, Maria “abraçou de todo o coração, sem impedimento de pecado algum, a vontade salvífica de Deus” (LG, n. 56), revelando, assim, a perfeita cooperação entre a graça e a liberdade humana.

A escuta da Palavra, portanto, configura-se como elemento fundamental da resposta humana a Deus. No caso da Virgem Maria, tal escuta não se deu sem dificuldades, pois o mistério que lhe foi revelado ultrapassava sua compreensão imediata. Ainda assim, longe de se fechar diante de suas limitações, Maria respondeu com fé e confiança (cf. LG, n. 58). Essa atitude demonstra que a adesão ao projeto divino não exige uma compreensão plena e imediata, mas uma abertura confiante à ação de Deus na história.

De modo análogo, a Igreja, composta por homens e mulheres marcados por limites e desafios próprios da condição humana, é chamada a discernir continuamente o desígnio divino presente nas diversas realidades. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* ressalta que “o mistério do homem só se

esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado” (GS, n. 22), indicando que é em Cristo que a humanidade encontra a plena luz para compreender sua vocação e missão.

Além disso, o mesmo documento conciliar afirma que a Igreja, inserida no mundo, deve interpretar os sinais dos tempos à luz do Evangelho (cf. GS, n. 4), buscando responder, de maneira concreta, ao chamado de Deus em cada época. Nesse processo, a experiência de fé de Maria permanece como referência segura, pois nela se realiza de forma plena a escuta obediente e a disponibilidade ao projeto salvífico.

Por fim, ao unir-se a Deus, que deseja a redenção de toda a humanidade, o cristão é capacitado a acolher e viver esse projeto em sua própria existência. Tal como Maria, que cooperou de modo singular na obra da salvação (cf. LG, n. 61), a Igreja é chamada a participar ativamente desse desígnio, tornando-se sinal visível do amor de Deus no mundo. Dessa forma, a experiência mariana não apenas ilumina, mas orienta a prática e a missão de todos os fiéis, que, unidos a Cristo, são convidados a realizar a vontade divina na história.

Portanto, a escuta cuidadosa da Palavra se torna a base para a sua participação no propósito de salvação de Deus. Ao dizer "Faça-se em mim conforme a tua palavra" (Lc 1,38), Maria não demonstra apenas um compromisso verbal, mas uma adesão profunda e integral do coração ao plano divino. É uma obediência de fé que nasce de um coração que se entrega totalmente a Deus. Esse coração está pronto para aceitar e auxiliar na realização do mistério da encarnação. Assim, o relato de Lucas destaca que a intervenção do Espírito Santo, representada pela "sombra do Altíssimo" que desce sobre Maria (cf. Lc 1,35), possibilita gerar o Cristo em seu ventre, dando início ao cumprimento das promessas de salvação de Deus na história humana.

Deste modo, a “revelação divina quis Deus manifestar e comunicar-se a Si mesmo e os decretos eternos da Sua vontade a respeito da salvação dos homens, «para os fazer participar dos bens divinos” (DV, n.6) À luz desse acontecimento, em Maria um paradigma da Igreja que escuta e acolhe a Palavra. Conforme recorda a *Dei Verbum*, a revelação divina exige da parte do ser humano uma resposta de fé marcada pela obediência e pela disponibilidade interior. Maria manifesta plenamente essa atitude, tornando-se modelo de acolhida da Palavra e de colaboração ativa com o plano de Deus (cf. DV 5).

Sendo assim, na passagem da Anunciação, pode-se identificar uma profunda representação eclesial: a Igreja, composta por seus membros, é chamada a manter-se constantemente receptiva à voz de Deus, que se manifesta por meio de sua Palavra e de seus mensageiros. A escuta atenta e obediente, demonstrada por Maria, torna-se, portanto, paradigma para toda a comunidade cristã. Sob a perspectiva teológica, ela representa o modelo de discipulado que acolhe a vontade divina e se dispõe a realizá-la com fidelidade (cf. Murad, 2012, p. 98).

Maria não é apenas a Mãe de Jesus Cristo, mas é também reconhecida pela Igreja como Mãe de Deus, ocupando um lugar singular na economia da salvação. Ela se apresenta como modelo para a Igreja, cuja missão é levar Cristo ao mundo. Essa maternidade espiritual realiza-se na escuta da Palavra do Pai e na ação do Espírito Santo, que continua a suscitar na comunidade dos batizados a presença viva de Cristo. Assim, a Igreja, ao contemplar Maria, reconhece nela um modelo de fé e missão, inspirando os cristãos a viverem sua vocação como resposta generosa ao chamado divino (cf. RM, 1987, p. 47).

Mesmo diante das dúvidas e desafios que marcam a trajetória histórica da Igreja, a fidelidade à Palavra de Deus permanece como elemento essencial. Maria demonstra que a força para perseverar nasce da escuta atenta e confiante da voz divina, bem como da adesão ao desígnio salvífico de Deus. Ao acolher plenamente o mistério da Encarnação, ela coopera de modo singular para que a salvação se torne acessível a toda a humanidade por meio de Cristo Redentor (cf. LG, n. 61).

Portanto, Maria se destaca como modelo para todos os cristãos, uma vez que a Igreja é compreendida como continuidade da presença de Cristo no mundo. Nesse sentido, ela inspira as comunidades de fé a permanecerem fiéis à Palavra e a testemunharem o mistério de Cristo atuante na história. A caminhada proposta por Maria consiste, fundamentalmente, na escuta da Palavra de Deus vivida de modo integral, envolvendo tanto o coração quanto a prática da vida cristã (cf. EG, n. 288).

Por fim, pode-se afirmar que essa dinâmica constitui uma verdadeira comunicação entre Deus e a humanidade, expressão da revelação divina na qual o Criador se dirige à sua criatura. Nessa perspectiva teológica, Maria apresenta-se como ponto de encontro entre Deus e a humanidade, pois nela se manifesta

de modo singular a convergência entre o projeto salvífico divino e a resposta livre e obediente da pessoa humana, antecipando aquilo que a Igreja é chamada a viver em sua missão (cf. Pons, 2010, p. 72).

4.2 O discipulado mariano e sua missão geradora da Igreja

Após receber o anúncio da encarnação do Verbo pela ação do Espírito Santo, Maria dirige-se prontamente à região montanhosa da Judeia para encontrar sua prima Isabel (cf. Lc 1,39-45). O relato do Evangelho segundo Lucas evidencia que a resposta de Maria à Palavra de Deus não se limita a uma dimensão interior de fé, mas se traduz imediatamente em atitude missionária. O texto afirma que Maria “partiu apressadamente para a região montanhosa” (Lc 1,39), indicando que a acolhida do mistério da encarnação gera nela um dinamismo de serviço e de anúncio.

Nesse encontro com Isabel manifesta-se, portanto, uma dimensão profundamente missionária da fé mariana. Maria torna-se portadora da Boa Nova, levando em seu próprio ventre o Salvador. Ao chegar à casa de Isabel, sua presença provoca alegria e reconhecimento profético, pois Isabel, cheia do Espírito Santo, proclama: “Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre” (Lc 1,42). A tradição teológica vê nesse episódio um verdadeiro paradigma da missão cristã: quem acolhe a Palavra de Deus torna-se também portador dessa mesma Palavra para os outros, como a:

Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, pois tem a sua origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai. Este desígnio provém do ‘amor fontal’, isto é, da caridade de Deus Pai, que, sendo o princípio sem princípio de onde procede o Filho e o Espírito Santo, criou-nos livremente por sua bondade e misericórdia e, além disso, chamou-nos gratuitamente a participar de sua vida e de sua glória (AG, n° 2, 1965).

A Igreja contempla, assim, em Maria o modelo daquela que anuncia e proclama a Palavra de Deus com prontidão e disponibilidade. Tal anúncio não é realizado de maneira indiferente, mas com urgência e generosidade, como sugere a expressão lucana “apressadamente”. Nesse sentido, Maria torna-se modelo para a missão evangelizadora da Igreja, chamada também hoje a anunciar Cristo com zelo e prontidão. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*

reconhece essa dimensão exemplar da Virgem Maria ao afirmar que ela “precede” o povo de Deus na peregrinação da fé e permanece como modelo de fé e de caridade para toda a Igreja (cf. LG, 63-65).

Além disso, a atitude de Maria manifesta uma dimensão profunda de discipulado. O seu testemunho revela-se plenamente orientado para Cristo, como se evidencia também no episódio das bodas de Caná, narrado no Evangelho segundo João. Diante da necessidade na falta do vinho que simboliza alegria da aliança com prometida ao projeto do Senhor, Maria dirige-se aos serventes e lhes diz: “Fazei tudo o que ele vos disser” (Jo 2,5). Essa exortação sintetiza a espiritualidade mariana e expressa a finalidade última de sua missão: conduzir todos a ficarem atentos a Palavra do Cristo. Assim, Maria não retém para si a atenção, mas orienta continuamente os discípulos para a escuta e a realização da vontade do Filho. E assim que:

A Igreja "em saída" é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, pôr à parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho. Às vezes, é como o pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando este voltar, poder entrar sem dificuldade (EG, n. 46).

Essa atitude revela duas dimensões fundamentais para a missionariedade da Igreja: ir e fazer. O “ir” corresponde ao movimento de saída missionária, enquanto o “fazer” refere-se à realização concreta da vontade de Cristo na história. Ambas as dimensões apontam para a transformação e a restauração da realidade humana mediante os sinais redentores do Reino de Deus. Assim, Maria se apresenta como um exemplo de uma Igreja que não se fecha em si mesma, mas que se dispõe a servir e anunciar aqueles que enfrentam dificuldades, sempre com o objetivo de evidenciar a glória de Deus e fazer a humanidade reconhecer que Jesus é o Salvador (cf. Jo 2,11).

A missão da Igreja encontra sua origem última no próprio mistério da Trindade. Conforme afirma o decreto missionário *Ad Gentes*, a Igreja é missionária por sua própria natureza, pois “tem a sua origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai” (AG, 2). Assim, a missão não se reduz a atividades pastorais ou iniciativas pontuais, mas pertence à

própria essência da Igreja, que é enviada ao mundo para continuar a obra salvífica de Cristo. Essa dimensão missionária aparece de modo significativo na teologia lucana.

No Evangelho segundo Lucas, Jesus proclama no início de sua missão: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres” (Lc 4,18). De modo semelhante, no relato da Anunciação, o anjo comunica a Maria que “o Espírito Santo virá sobre ti e a força do Altíssimo te cobrirá com sua sombra” (Lc 1,35). Dessa forma, a missão de Cristo e a vocação de Maria encontram-se profundamente relacionadas pela ação do Espírito Santo.

Ainda dentro da perspectiva lucana, a dinâmica missionária desenvolve-se progressivamente. No Evangelho, o caminho de Jesus inicia-se na Galileia e dirige-se até Jerusalém; já no Atos dos Apóstolos, a missão da Igreja começa em Jerusalém, especialmente após o acontecimento de Pentecostes (cf. At 2), e expande-se pela Judeia, Samaria e até os confins da terra (cf. At 1,8). Trata-se de um projeto universal de salvação impulsionado pelo Espírito Santo, que conduz a comunidade cristã ao anúncio do Evangelho a todos os povos:

Assim como o Filho foi enviado pelo Pai, também Ele enviou os Apóstolos, dizendo: ‘Ide, portanto, e fazei discípulos entre todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a observar tudo o que vos ordenei’ (Mt 28,19-20). Este solene mandato de Cristo de anunciar a verdade salvadora, a Igreja recebeu dos Apóstolos para o cumprir até aos confins da terra (AG, n. 5).

Dentro dessa perspectiva missionária, Maria pode ser entendida como aquela que, por meio da atuação do Espírito Santo, colabora de maneira singular com a missão da Igreja. A Virgem Maria mantém sua ligação com a comunidade dos Apóstolos também durante o Pentecostes, participando do derramamento do Espírito (cf. At 1,14). Portanto, Maria é um modelo tanto para a Igreja primitiva quanto para a atual, cumprindo a mesma missão, a de gerar Cristo através do poder do Espírito e de manter uma postura de oração e disponibilidade para a missão.

Dessa forma, a Virgem Maria torna-se ícone de uma Igreja missionária, que nasce da ação da Trindade, vive da escuta da Palavra e se coloca em saída para anunciar o Reino de Deus. Em Maria, a Igreja reconhece o modelo daquele

discipulado que acolhe a graça divina, persevera na fé e colabora ativamente para que a salvação trazida por Jesus Cristo alçando toda a humanidade.

Após evidenciar a importância e o lugar de Maria no plano salvífico desde a Encarnação até a Ascensão de seu Filho, Jesus Cristo, torna-se claro que sua missão, na colaboração com a obra da redenção, possui caráter eminentemente missionário. Com efeito, Maria é aquela que conduz a humanidade ao encontro com Deus por meio de Cristo, na ação do Espírito Santo. Tal compreensão é fundamental para reconhecer sua presença na vida da Igreja e para contemplá-la como verdadeiro modelo eclesial (cf. LG, n. 60-62).

À luz dessa perspectiva, compreende-se que a missão de todos os batizados, membros do Corpo Místico de Cristo, cuja Cabeça é o próprio Senhor (cf. 1Cor 12,12-27), consiste em participar ativamente da natureza missionária da Igreja, que, por sua essência, é enviada ao mundo (cf. AG, n. 2). Nesse sentido, a Virgem Maria apresenta-se como modelo e paradigma dessa missão, pois, ao acolher e gerar o Verbo encarnado, tornou-se a primeira a levá-Lo ao mundo, antecipando, de modo singular, a vocação evangelizadora da Igreja.

Por conseguinte, antes de qualquer expressão devocional externa como imagens, medalhas ou símbolos, é necessário que os fiéis compreendam profundamente o significado teológico da missão mariana. Maria não é apenas objeto de veneração, mas, sobretudo, protótipo da Igreja, pois, pelo seu testemunho de fé e de vida, indica o caminho seguro para Cristo (cf. RM, n. 5-6). Como afirma o próprio Senhor: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14,9), e é no mistério trinitário que se fundamenta toda a missão eclesial, uma vez que o Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, impulsiona a Igreja à evangelização.

Assim, a missão nasce da presença trinitária e se concretiza na história por meio da Igreja, que colabora com a instauração do Reino de Deus através do anúncio do Evangelho. Nesse horizonte, Maria, como modelo da Igreja, ilumina o caminho dos fiéis, tornando visível aquele que é a Luz do mundo (cf. Jo 8,12). De fato, ao trazer Cristo à humanidade, ela oferece aos cristãos a referência segura para caminhar na fé, pois, onde não há luz não há caminho; e onde não há caminho, não há possibilidade de crescimento espiritual. Maria, portanto, ao gerar ao mundo Jesus Cristo, continua a orientar os passos dos discípulos de seu Filho, conduzindo-os à comunhão com Deus. Portanto, toda Igreja é

chamada a “guardar fidelidade total e pura ao seu Esposo e conserva virginalmente, à imitação da Mãe do seu Senhor e por virtude do Espírito Santo, uma fé íntegra, uma sólida esperança e uma verdadeira caridade” (LG, n. 64)

4.3 A maternidade espiritual da Igreja na perspectiva mariana.

Para tratar corretamente do tema da maternidade espiritual de Maria, é imprescindível revisitar a sequência das fontes teológicas, começando pela Sagrada Escritura, alicerce primordial da autorevelação divina, em estreita conexão com a Tradição e o Magistério eclesial (DV, n. 2). A Escritura proporciona os elementos fundamentais para entender a contribuição de Maria na ordem da salvação. Dentro deste cenário teológico, Maria, a Imaculada, surge como um modelo crucial para o projeto de salvação, não só por sua maternidade divina, mas também pela natureza espiritual de sua missão em relação à Igreja e à humanidade (cf. Boff, 2019, p. 37).

Com isso, essa realidade encontra sua plena expressão no ensinamento conciliar, que insere diretamente a participação da Virgem Maria, Mãe de Deus, como modelo da Igreja. Nesse sentido, afirma a Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II:

Pelo dom e missão da maternidade divina, que a une a seu Filho Redentor, e pelas suas singulares graças e funções, está também a Virgem intimamente ligada, à Igreja: a Mãe de Deus é o tipo e a figura da Igreja, na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo (LG, n. 64).

Os Padres conciliares, especialmente na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, evidenciam três dimensões fundamentais para que a Igreja se torne, à semelhança de Virgem Maria, verdadeiramente mãe: a fé, a caridade e a íntima união com Cristo (cf. LG, n. 63-65). Nesse horizonte, Maria é apresentada como modelo eminente da Igreja, uma vez que nela essas dimensões se realizam de modo pleno e exemplar. Com efeito, ela é reconhecida como a primeira redimida de maneira perfeita, sendo preservada do pecado e associada de modo singular à obra salvífica de seu Filho (cf. LG, n. 53; 59). Assim, pode-se afirmar que foi a primeira a experimentar, de modo integral corpo e alma, os frutos da salvação no desígnio divino.

Na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, fala-se sobre Maria. Ela é mostrada com suas características dentro da Igreja. Isso ajuda a entender quem é a Igreja e qual é a sua missão. Dessa forma, a Igreja não vê em Maria apenas um paradigma, mas também a manifestação tangível de sua missão evangelizadora, conforme se pode perceber na doutrina conciliar:

No mistério da Igreja, a qual é também com razão chamada mãe e virgem, a bem-aventurada Virgem Maria foi adiante, como modelo eminente e único de virgem e de mãe. Porque, acreditando e obedecendo, gerou na terra, sem ter conhecido varão, por obra e graça do Espírito Santo, o Filho do eterno Pai; nova Eva, que acreditou sem a mais leve sombra de dúvida, não na serpente antiga, mas no mensageiro celeste. E deu à luz um Filho, que Deus estabeleceu primogênito de muitos irmãos (Rom. 8,29), isto é, dos fiéis, para cuja geração e educação Ela coopera com amor de mãe (LG, n. 63).

Voltemos ao texto anteriormente citado nas bodas de Caná também podemos analisar, um dos textos essenciais para essa reflexão está no Evangelho segundo João (Jo 2,1-11). Neste testemunho, o autor do evangelho destaca a importância da mãe de Jesus no começo da sua vida pública. Vale ressaltar que, no Evangelho de João, nome de Maria não é chamada diretamente pelo nome, mas sempre é identificada como "a mãe de Jesus", ou "mulher" evidenciando o caráter eminentemente teológico de sua presença na narrativa. Ao constatar a ausência de vinho durante o banquete, mãe de Jesus solicita a ajuda de seu Filho e dirige-se aos serventes com a digna recomendação: "Fazei tudo o que Ele vos disser" (Jo 2,5). Essa frase é uma das mais categóricas para entender a maternidade espiritual de Maria, uma vez que aponta sua missão de guiar os discípulos na obediência à fé e no seguimento de Cristo, especialmente na encíclica *Redemptoris Mater*, de São João Paulo II, afirma o pontífice:

Maria está presente na Igreja como Mãe de Cristo e, ao mesmo tempo, como a Mãe que o próprio Cristo, no mistério da Redenção, deu ao homem na pessoa do apóstolo S. João. Por isso, Maria abraça, com a sua nova maternidade no Espírito, todos e cada um na Igreja; e abraça também todos e cada um mediante a Igreja. Neste sentido, Maria, Mãe da Igreja, é também modelo da Igreja (RM, n. 47)

Entender a maternidade espiritual da Virgem Maria, como uma hierarquia de valores, já mencionada de maneira indireta neste estudo, possibilita colocá-

la no cerne do mistério eclesial, atuando como Mãe e modelo da Igreja. Conforme demonstrado anteriormente, Maria não é somente reconhecida como Mãe da Igreja, mas também como seu modelo, uma vez que incorpora de forma completa aquilo que a própria Igreja é convocada a ser. A missão envolve exercer uma maternidade espiritual sobre todos os membros do Corpo de Cristo, uma base que se origina, primeiramente, na sua condição de Mãe de Deus (cf. LG, n. 61).

Essa verdade se manifesta de maneira única no acontecimento da Cruz, o local ideal para a redenção humana. Na Cruz, mostra-se todo o amor de Deus. Ela revela a grande bondade de Deus e o significado mais importante da fé cristã. Cristo, ao sacrificar sua vida, confia à humanidade a maternidade de Maria, estabelecendo uma ligação espiritual entre ela e os discípulos, ressaltando a abrangência universal de sua maternidade espiritual (cf. RM, n. 47).

Jesus, ao ver sua mãe e o discípulo que ele amava perto da Cruz, diz: "Mulher, eis o teu filho" e, em seguida, ao discípulo: "Eis a tua mãe" (Jo 19,26-27). Neste ponto culminante do ato redentor, a doutrina cristã reconhece a intervenção de Cristo ao entregar Maria à comunidade dos discípulos. O fiel estimado, que simboliza todos os seguidores de Jesus, acolhe Maria em sua casa, sinalizando que a maternidade da Mãe de Jesus agora se estende à Igreja em crescimento. Portanto, a Igreja confirma que Maria, devido à sua participação singular no plano de salvação, se tornou para ela a "mãe na ordem da graça" (LG 61). Portanto, sua maternidade transcende o aspecto físico e possui um significado espiritual e de identidade.

Ao mesmo tempo, o mistério da Cruz revela que todos os batizados são convidados a participar de uma Igreja que é, sobretudo, materna. Essa perspectiva é retomada, demonstrando que o espírito de Deus nunca fecha as portas para ninguém e a Igreja é considerada uma casa, assim como uma mãe que acolhe todos os seus filhos, independentemente da vida fadigosa. Sendo assim, reconhece na Igreja uma realidade que estimula a fé e acompanha os seus filhos com ternura, sendo chamada a acolher a todos como uma casa aberta do Pai (cf. EG, n. 47).

Portanto, a dimensão materna da Igreja vai além de ser meramente simbólica, sendo um componente fundamental de sua identidade evangelizadora. A maternidade envolve a geração, o cuidado, o

acompanhamento e o amor, qualidades que derivam do amor divino próprio. Portanto, a Igreja, assim como Maria, é convocada a praticar incessantemente essa maternidade espiritual, transformando-se em um ambiente de acolhimento, de desenvolvimento na fé e de amadurecimento na vida cristã. Instruído pelo Cantalamessa, que ensina:

Encarnado do Espírito Santo e da Virgem Maria", que tem origens muito remotas. De fato, definindo o nascimento de Cristo como nascimento "espiritual", isto é, por obra do Espírito Santo, e "virginal", isto é, da Virgem Maria, o artigo do Símbolo aparece já aos Padres da Igreja como o fundamento e o modelo do nascimento sacramental de Cristo por obra do Espírito Santo da Virgem Igreja. Um autor escreve que a piscina batismal que aqui indica a própria Igreja - "torna-se a mãe de todos os fiéis por obra do Espírito Santo, permanecendo virgem". A santa Igreja (...) virgem e dá à luz. Imita Maria que deu à luz o Senhor. Por acaso Santa Maria não era virgem, e, todavia, não deu à luz permanecendo virgem? Assim também a Igreja: dá à luz e é virgem. E se refletires, dá à luz Cristo, porque são seus membros os que recebem o batismo (...). A Igreja gera os membros de Cristo, isto quer dizer que ela é totalmente semelhante a Maria (1992, p.164).

Sob essa ótica teológica e espiritual, o modelo maternal da Igreja direciona-se fundamentalmente para a evangelização, concebida como a proclamação da Boa Nova e a disseminação da vida plena e eterna manifestada em Cristo. Jesus se revela como "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6), sugerindo que nele se expressa de maneira completa o acesso ao Pai. Essa dinâmica mostra que a evangelização tem um forte aspecto trinitário. Jesus é o enviado de Deus e age na história com a ajuda do Espírito Santo. Assim, todas as ações de evangelização da Igreja fazem parte desse movimento divino. A evangelização tem origem na Trindade e precede a Igreja, razão pela qual a Igreja é fundamentalmente missionária. (cf. EG, n. 111).

Dentro desse cenário, todos os batizados, incorporados à Igreja, são convocados a integrar sua identidade materna, que se manifesta no acolhimento universal e na criação de novos filhos para Deus. Portanto, a evangelização não se apresenta como uma imposição, mas como uma aproximação e encontro, fomentando um vínculo de familiaridade entre a comunidade e Cristo, semelhante à postura da Virgem Maria, que acolhe, acompanha e guia o seu Filho. Conforme declarado pelo Concílio Vaticano II:

A Igreja que contempla a sua santidade misteriosa e imita a sua caridade, cumprindo fielmente a vontade do Pai, toma-se também, ela própria, mãe, pela fiel recepção da palavra de Deus: efetivamente, pela pregação e pelo Batismo, gera, para vida nova e imortal, os filhos concebidos por ação do Espírito Santo e nascidos de Deus. E ela é virgem, pois guarda fidelidade total e pura ao seu Esposo e conserva virginalmente, à imitação da Mãe do seu Senhor e por virtude do Espírito Santo, uma fé íntegra, uma sólida esperança e uma verdadeira caridade (LG, n. 64).

Esse processo envolve uma genuína transformação da vida, fundamentada em uma existência sacramental, na qual os sinais tangíveis tornam presente a ação imperceptível da graça divina. Assim, a celebração da Eucaristia perpetua o mistério pascal: a paixão, a morte e a ressurreição de Cristo. Ela constitui o cerne da existência da Igreja e de sua missão evangelizadora, na medida em que, por meio dela, se revela a redenção proporcionada por Cristo. (cf. SC, n. 10).

De maneira particular, a Igreja é convidada a ser simultaneamente mãe espiritual e propagadora deste mistério, gerando e alimentando seus filhos na fé através da caridade. Sem qualquer enigma, Maria surge como um modelo ideal de lealdade e discipulado. Ela não só indica o caminho, como também o facilita, levando os cristãos católicos ao encontro com Cristo, que é o foco e o objetivo de toda a vida cristã. “A alma de Maria engrandece ao Senhor não por causa de si mesma, mas por causa de Deus, que realizou nela grandes coisas. (...) Reconhecer que tudo vem de Deus, cuja graça age nos humildes” (Lutero, 2015, p. 52).

Assim, Maria se configura como um autêntico modelo eclesiológico, principalmente no contexto da atuação evangelizadora da Igreja, onde se destaca sua disposição de fé, humildade e dedicação ao serviço. Conforme declarado pela exortação apostólica *Evangelii Gaudium*:

Há um estilo mariano na atividade evangelizadora da Igreja. Porque sempre que olhamos para Maria, voltamos a acreditar na força revolucionária da ternura e do afeto. N'ela, vemos que a humildade e a ternura não são virtudes dos fracos, mas dos fortes, que não precisam maltratar os outros para se sentir importantes. (...) Esta dinâmica de justiça e ternura, de contemplação e de caminho para os outros faz d'ela um modelo eclesial para a evangelização. (EG, n. 288)

Dessa forma, principalmente nas comunidades eclesiais que possuem denominações marianas, é fundamental perceber que a veneração a Maria deve propiciar uma experiência verdadeiramente eclesial e missionária, prevenindo reducionismos devocionais e impulsionando uma fé incorporada na vida da Igreja (cf. EG, n. 70). Em relação à história da salvação, Maria tem uma posição única ao ser totalmente agraciada por Deus em vista da missão redentora de Cristo, e continua sendo um símbolo escatológico do que a Igreja é chamada a ser no mundo: sacramento de salvação e instrumento da redenção oferecida por Deus a toda a humanidade (cf. LG, n. 68; cf. Murad, 2012, p. 145). Nesse sentido, desdobramento do Concílio Vaticano II, é afirmado que:

Na economia redentora da graça, atuada sob a ação do Espírito Santo, existe uma correspondência singular entre o momento da encarnação do Verbo e o momento do nascimento da Igreja. E a pessoa que une estes dois momentos é Maria: Maria em Nazaré e Maria no Cenáculo de Jerusalém. Em ambos os casos, a sua presença discreta, mas essencial, indica a via do "nascimento do Espírito". Assim, aquela que está presente no mistério de Cristo como Mãe, torna-se por vontade do Filho e por obra do Espírito Santo presente no mistério da Igreja. E na Igreja continua a ser uma presença materna (RM, 1987, n. 24).

Dessa forma, a maternidade espiritual de Maria reflete a identidade própria da Igreja, que é chamada a gerar Cristo no coração dos fiéis e a guiar todos os seres humanos para a salvação. Essa confirmação mostra que Maria não é somente um objeto de devoção, mas também um modelo para a vida e a missão da Igreja. Portanto, ao modelo de Maria, a Igreja se torna uma comunidade que acolhe, que promove renovação na fé e que propaga a Boa Nova da salvação.

Esta tarefa se torna ainda mais complexa na sociedade atual, caracterizada por profundas mudanças culturais, um certo relativismo religioso e tensões internas e externas à Igreja. Nesse cenário, o ensinamento conciliar destaca que a Igreja deve reconhecer os sinais dos tempos e responder às inquietações humanas. Sob essa ótica, o Concílio Vaticano II sugere um entendimento renovado sobre a missão e a presença da Igreja no mundo atual.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* afirma que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje [...] são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”

(GS, n. 1). Essa declaração demonstra que a Igreja não é uma entidade autônoma ou independente do mundo, mas sim uma comunidade integrada à história, convocada para auxiliar a humanidade na edificação do Reino de Deus.

Nesse contexto, todos os batizados, como integrantes do Corpo de Cristo, cuja cabeça é o próprio Senhor (cf. LG, n. 7), são chamados a experimentar uma fé encarnada e engajada com a realidade. Neste cenário, Maria se destaca como modelo e exemplo para a Igreja, uma vez que, em plena sintonia com seu Filho, aponta um percurso teológico e espiritual de adesão ao plano divino (cf. LG, n. 63). A mudança da antiga para a nova e perpétua Aliança, inaugurada por Cristo, também é evidenciada através da escuta, acolhida e fidelidade à Palavra.

Sendo assim, a Igreja é entendida como um povo em peregrinação, em trajetória em direção à pátria eterna, guiada pela esperança escatológica (cf. GS, n. 45). Esta natureza peregrina não a isola do mundo, mas a motiva a se manifestar nele como um símbolo e instrumento da conexão com Deus e da unidade de toda a humanidade (cf. LG, n. 1). Em essência, a missão da Igreja é guiar a humanidade para Deus, elaborando a ação salvadora de Cristo se manifestar nas realidades tangíveis.

CONCLUSÃO PARCIAL

Portanto, uma eclesiologia que vê Maria como um exemplo de comunhão total com Cristo, através da fé consciente e testemunhal, proporciona um campo fértil para a reflexão acerca da presença humana na história. Assim sendo, Maria é retratada como a mulher que, desde o início, foi preparada por Deus para colaborar na revelação do plano de salvação universal implementado por Cristo (cf. LG, n. 6). A sua presença evidencia, de maneira particular, a intrínseca conexão entre a graça divina e a resposta do ser humano, configurando-se como um modelo para a Igreja.

Finalmente, à luz da tipologia mariana, entende-se que a Igreja desempenha sua missão de forma maternal e evangelizadora. Em Maria, a Igreja identifica o modelo de sua identidade própria: uma presença espiritual, receptiva, que gera vida nova em Cristo. Portanto, através dela, a Igreja se manifesta

concretamente nas realidades humanas, manifestando fielmente o amor redentor de Deus na história.

5 CONCLUSÃO GERAL

Nas considerações finais desta investigação, depois desse percurso teológico, de modo claro e consistente, reconhecemos a inserção singular da Virgem Maria no plano salvífico de Deus, realizado em Jesus Cristo, pela ação do Espírito Santo. Tal missão tem sua origem no desígnio da Santíssima Trindade, que deseja a salvação de toda a humanidade (cf. ClgC, n. 257). Nesse contexto, a Igreja se compreende como sacramento universal de salvação, chamada a peregrinar na história como sinal visível da presença de Cristo no mundo (cf. LG, n. 48).

À luz dessa perspectiva eclesial, Maria manifesta-se como modelo da Igreja, conforme atestado pela Sagrada Escritura, pelos dogmas marianos e pela reflexão do Concílio Vaticano II, especialmente na Constituição dogmática *Lumen Gentium*. Sua vida revela, de modo exemplar, a vocação e a missão da Igreja: acolher a Palavra de Deus, viver na fé e gerar Cristo no mundo por meio do testemunho e do discipulado (cf. LG, n. 63-65). De modo particular, sua maternidade espiritual evidencia a dimensão fecunda da Igreja, chamada a gerar novos filhos para Deus (cf. RM, n. 44).

Importa ressaltar que Maria não ocupa o lugar de redentora da humanidade, nem se identifica com a própria Igreja, tampouco possui natureza divina. Ao contrário, é criatura redimida, elevada por graça, que, ao aceitar livremente o plano salvífico de Deus, tornou-se Mãe de Deus (*Theotókos*) e protótipo da Igreja (cf. ClgC, n. 963). Preservada do pecado e plenamente configurada ao projeto divino, Maria antecipa em si aquilo que a Igreja é chamada a ser: uma comunidade unida a Cristo e aberta à ação do Espírito (cf. Boff, 2006, p.45).

Assim, sua presença na história da salvação não representa nem um esvaziamento da mariologia, nem uma exaltação indevida que a aproxime da divindade, mas uma correta inserção no mistério de Cristo e da Igreja (cf. Gherardini, 1995, p. 587). Como membro eminente do Corpo Místico, Maria já participa da plenitude escatológica, tornando-se sinal de esperança para a Igreja peregrina (cf. LG, n. 68).

Por conseguinte, este trabalho buscou evidenciar, sem pretender esgotar o tema, o lugar teológico de Maria no plano salvífico de Deus: modelo da Igreja.

Nela, a Igreja contempla a realização plena de sua própria vocação e encontra um caminho seguro para viver sua missão no mundo, como sinal da presença de Cristo e instrumento da salvação, orientada sempre para a comunhão definitiva com a Santíssima Trindade (cf. RM, n. 47).

Nessa perspectiva, ao considerar Maria como modelo da Igreja, “pela participação no sacrifício eucarístico de Cristo, que é fonte e centro de toda a vida cristã” (cf. LG, n. 11). Nesse ambiente espiritual e celebrativo, Maria ocupa um lugar significativo, pois conduz a assembleia litúrgica ao encontro de seu Filho, Jesus Cristo, favorecendo uma participação mais plena no mistério celebrado. Tal compreensão é confirmada pelo Magistério da Igreja, ao afirmar que, no decorrer do ano litúrgico, Maria está intimamente unida à obra salvífica de Cristo. Com efeito:

Na celebração deste ciclo anual dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera com especial amor, porque indissolavelmente unida à obra de salvação do seu Filho, a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, em quem vê e exalta o mais excelso fruto da Redenção, em quem contempla, qual imagem puríssima, o que ela, toda ela, com alegria deseja e espera ser (CS, n.103).

Desse modo, a presença de Maria na liturgia não é periférica, mas profundamente teológica e eclesial, pois nela a Igreja reconhece antecipadamente sua própria vocação: ser plenamente configurada a Cristo e aberta à ação redentora de Deus. Por essa razão, a Igreja a celebra em diversos momentos do ano litúrgico, “a Liturgia é simultaneamente a meta para a qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força” (CS, n. 10), reconhecendo ação particular na história da salvação. Conforme afirma o Magistério, ao longo do ciclo anual, a Igreja honra com especial amor a Bem-aventurada Virgem Maria, unida de modo inseparável à obra salvífica de seu Filho (cf. SC, n. 103).

O Concílio Vaticano II, ao promover a renovação do calendário litúrgico e das celebrações, favoreceu uma inserção mais harmoniosa da memória da Virgem Maria no ciclo anual. Tal organização tem como centro o mistério pascal de Jesus Cristo, no qual Maria está intimamente associada. Nesse contexto, as celebrações marianas são distribuídas em três categorias: solenidades, festas e

memórias, evidenciando sua presença na economia da salvação sempre em referência ao seu Filho (cf. Guimarães, 2017, p. 63).

Dessa forma, as solenidades destacam momentos centrais da missão de Maria no plano salvífico, diretamente vinculados ao mistério de Cristo, tais como: Santa Maria, Mãe de Deus (1º de janeiro), a Anunciação do Senhor (25 de março), a Assunção de Maria (15 de agosto), a Imaculada Conceição (8 de dezembro) e Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro), padroeira do Brasil. Por sua vez, as festas celebram episódios significativos da vida da Virgem Maria, como a Visitação de Maria a Isabel (31 de maio), a Natividade de Maria (8 de setembro) e a Apresentação de Maria no Templo (21 de novembro) (cf. Guimarães, 2017, p. 63).

Do mesmo modo, as memórias, sejam obrigatórias ou facultativas, recordam aspectos particulares da vida de Maria e de sua devoção na tradição da Igreja, tais como: Nossa Senhora de Lourdes (11 de fevereiro), Nossa Senhora de Fátima (13 de maio), Nossa Senhora Rainha (22 de agosto), Nossa Senhora das Dores (15 de setembro) e Nossa Senhora do Rosário (7 de outubro) (cf. Guimarães, 2017, p. 63).

Além disso, algumas celebrações apresentam caráter regional e eclesial mais acentuado, como Nossa Senhora do Carmo (16 de julho) e Nossa Senhora de Guadalupe (12 de dezembro), esta última de especial relevância para a Igreja na América Latina. Desse modo, a liturgia evidencia, ao longo do ano litúrgico, a importância de Maria na economia da salvação, recordando sua missão e sua íntima relação com o mistério pascal celebrado (cf. Guimarães, 2017, p. 63).

Portanto, sua presença, contudo, não obscurece Cristo, mas orienta os fiéis para Ele, pois toda a devoção mariana está intrinsecamente ordenada ao mistério de Cristo (cf. LG n. 66-67). Como modelo, Maria inspira a Igreja a viver sua vocação missionária, tornando-se discípula e anunciadora do Evangelho (cf. RM, n. 20-21).

Por fim, à luz do percurso teológico realizado, Maria na história da salvação se manifesta desde suas prefigurações no Antigo Testamento até sua plena realização no mistério de Cristo. Sua relação de comunhão com o Filho, vivida de modo especial, foi progressivamente aprofundada pela reflexão da Igreja, sobretudo nos primeiros séculos, e posteriormente explicitada pelo Magistério, de modo especial no Concílio Vaticano II, particularmente na *Lumen*

Gentium, capítulo VIII, intitulado *A Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja* (cf. LG, n. 52-69).

Nesse horizonte, evidencia-se que Maria ocupa um lugar específico e insubstituível no plano salvífico, sendo reconhecida como modelo da Igreja. Tal compreensão não implica qualquer exagero que a desvincule do mistério de Cristo, nem um esvaziamento da mariologia, mas sua correta inserção na economia da salvação, sempre em referência à ação redentora de seu Filho, enquanto criatura redimida em vista da Encarnação do Verbo.

Desse modo, Maria não apenas ilumina o caminho dos fiéis, mas também favorece a inserção de todos os batizados no mistério pascal de Cristo. Desse modo, da participação no mistério trinitário decorre a realização da redenção na vida comunitária e eclesial. Nesse horizonte, a Virgem Maria se apresenta como referência fundamental, sendo reconhecida pelo Magistério como “tipo e modelo da Igreja na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo” (cf. LG, n. 63).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO XVI. *Exortação Apostólica Verbum Domini: sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2010.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução de Euclides Martin Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, Clodovis M. *Mariologia social*. São Paulo: Paulus, 2006.

BOFF, Clodovis M. *Mariologia: iniciação à teologia*. Petrópolis: Vozes, 2019.

CANTALAMESSA, Raniero. *Maria: um espelho para a Igreja*. Aparecida: Editora Santuário, 1992.

CARVALHO, Maria Manuela de. *Maria, figura da graça*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2022.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1999.

CIPOLLINI, Dom Pedro Carlos. *O dogma da Imaculada Conceição: ela apareceu repleta de graça*. Brasília: Edições CNBB, 2017.

CONCÍLIO VATICANO II. *Ad Gentes: decreto sobre a atividade missionária da Igreja*. Roma, 7 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html. Acesso em: 11 mar. 2026.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição dogmática Dei Verbum*. Roma, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 9 set. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição dogmática Lumen Gentium*. Roma, 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 9 set. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Mensagens, discursos e documentos*. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 1998.

COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978. p. 36 – 38.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter (org.). *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 43. ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007.

FIGUEIRÓ, Fernando Antônio, O.F.M. *Curso de Teologia Patrística I: a vida da Igreja primitiva (séculos I e II)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

FISICHELLA, Rino. “Potentia Oboedientialis”, in LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dirs.). *Dicionário de teologia fundamental*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 585–586.

FLORES, Estêvão de; MEO, Salvatore (org.). *Dicionário de Mariologia*. Tradução de Álvaro A. Cunha; Honório Dalbosco; Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013

GHERARDINI, Brunero. “Igreja”, in DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore (orgs.). *Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 587.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (org.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges; AMARAL, Miguel de Salis (org.). *As Constituições do Vaticano II: ontem e hoje*. Brasília: Edições CNBB, 2015.

IGREJA CATÓLICA. *Missal Romano*. 3. ed. típica. São Paulo: Paulus, 2011.

JOÃO PAULO II. *Redemptoris Mater: Carta Encíclica sobre a Bem-Aventurada Virgem Maria na vida da Igreja peregrina*. São Paulo: Paulinas, 1987.

LEÃO XIII. *Carta encíclica Magnae Dei Matris*. Roma, 1892. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_080_91892_magnae-dei-matris.html. Acesso em: 28 out. 2025.

LEÃO XIV. *Mater Populi fidelis: nota doutrinal sobre alguns títulos marianos referidos à cooperação de Maria na obra da salvação*. Roma, 2025. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddd_doc_20251104_mater-populi-fidelis_po.html. Acesso em: 5 nov. 2025.

LOPES, Geraldo. *Lumen Gentium: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2011.

LUTERO, Martim. *Magnificat: o louvor de Maria*. Aparecida: Editora Santuário; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 2015.

MARITANO, M., “*Maria nos Padre da Igreja*”. In: DI BERARDINO, Angelo (org.). *Dicionário de Literatura Patrística*. São Paulo: Ave-Maria, 2010, p. 1187

MONDIN, Battista. *As novas eclesiologias: uma imagem atual da Igreja*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Paulinas, 1984.

MURAD, Afonso. “Maria” in PASSOS, João; SANCHEZ, Wagner Lopes (dirs.). *Dicionário do Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015. p. 585–588.

MURAD, Afonso. *Maria, toda de Deus e tão humana: compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas, 2012.

O’DONNELL, John. *Introdução à teologia dogmática*. São Paulo: Loyola, 1999.

PAULO VI. *Discurso de encerramento do terceiro período do Concílio Vaticano II* (21 nov. 1964). In: Vaticano II. *Mensagens, discursos e documentos*. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 86.

PAULO VI. *Exortação Apostólica Marialis Cultus*. Roma, 1974. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus.html. Acesso em: 12 set. 2025.

PAULO VI. *Signum Magnum: exortação apostólica sobre o culto da Virgem Maria, Mãe da Igreja e modelo de todas as virtudes*. Roma, 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paulvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19670513_signum-magnum.html. Acesso em: 14 out. 2025.

PIÉ-NINOT, Salvador. *Introdução à eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 2015.

PIO IX. *Constituição Apostólica Ineffabilis Deus*. Roma, 1854. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/la/documents/constitution-ineffabilis-deus-8-december-1854.html>. Acesso em: 11 set. 2025.

PIO X. *Carta encíclica Ad diem illum*. Roma, 1904. Disponível em: <https://irmandadedocarmo.org/2018/06/19/carta-enciclica-ad-diem-illum-sao-pio-x/>. Acesso em: 27 out. 2025.

PIO XII. *Constituição Apostólica Munificentissimus Deus*. Roma, 1950. Disponível em: https://www.vatican.va/content/piusxii/pt/apost_constitutions/documents/hf_pxii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html. Acesso em: 11 set. 2025.

PIO XII. *Encíclica Ad Caeli Reginam*. Roma, 11 out. 1954. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_11101954_ad-caeli-reginam.html. Acesso em: 15 out. 2025.

PIO XII. *Encíclica Mystici Corporis Christi*. Roma, 1943. Disponível em: https://www.vatican.va/content/piusxii/pt/encyclicals/documents/hf_pxii_enc_29_061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em: 15 out. 2025.

PONS, Guilherme. *Maria nas fontes patrísticas*. Tradução de Marcos Augusto Ferreira Nobre. São Paulo: Paulus, 2025.

SAMPEL, Edson Luiz (org.). *Principais documentos dos papas sobre Nossa Senhora: do beato Pio IX a Francisco*. São Paulo: Fons Sapientiae, 2017.

SCHNEIDER, Theodor (org.). *Manual de dogmática*. v. 2. Petrópolis: Vozes, 2001.

SESBOUÉ, Bernard; BOURGEOIS, Henri; TIHON, Paul. *História dos dogmas: os sinais da salvação*. v. 3. São Paulo: Loyola, 2005.

SOUZA, Edson Luiz (org.). *Os principais documentos dos Papas sobre Nossa Senhora: de Beato Pio IX a Francisco*. Aparecida: Academia Marial de Aparecida, 2017.

SOUZA, Ney de. *História da Igreja: notas introdutórias – iniciação à teologia*. Petrópolis: Vozes, 2020.

SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson Rodrigues (org.). *Concílio Vaticano II: para entender os textos e a sua atualidade*. Petrópolis: Vozes, 2025.

THOMAS, P. C. *Os concílios gerais da Igreja*. Tradução de Lélian de Castro Raña. Aparecida: Editora Santuário, 1999.

VALENTINI, Demétrio. *Revisitar o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 2011.

WERBICK, Jurgen. "Pessoa" in EICHER, Peter. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1993. p. 678–683.